

3Universidade Federal Do ABC - UFABC

**O populismo e o Declínio Democrático na Hungria: Um Estudo de
Caso**

**Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas
realizado por: Vinicius Gomes Lins**

Orientador: Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes

**São Bernardo do Campo
2022**

VINICIUS GOMES LINS

O populismo e o Declínio Democrático na Hungria: Um Estudo de Caso

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de
Bacharelado Em políticas públicas
Orientador: Ivan Filipe de Almeida Lopes
Fernandes

São Bernardo do Campo
2022

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus pais, Edmilson e Avelina por todo suporte nessa trajetória que ultrapassa a vida acadêmica e não deixarem que eu me desvie do caminho correto.

A instituição UFABC, por todas as oportunidades que obtive, seus recursos e todo corpo docente, aos excelentes professores, solícitos e animados em fazer o melhor possível nas piores situações. Inclusive aos momentos de mais estresse e dificuldade que auxiliaram na construção do aluno que me tornei.

Aos amigos que fiz nessa trajetória, Natan e Rogério, e aos relatos durante as refeições, dicas e a famosa “resenha”.

Agradeço aos meus amigos mais íntimos, um grupo que só funciona quando todos estão juntos: William, Arthur, Matheus e Mathews. Obrigado pela manutenção da saúde mental e por momentos inesquecíveis.

Em especial agradeço ao Ivan Filipe, aquele que considero com muita estima, mais que um professor, um grande amigo que me auxiliou em muito mais do que questões acadêmicas, abrindo portas, pela paciência enorme, me vendo amadurecer e outras questões que apenas nós temos memórias.

Também agradeço minha madrinha Erineide e ao professor Hélio por disporem de seu tempo para ler meu trabalho nessa etapa de ajustes e últimas correções, muito obrigado.

Esse trabalho foi fruto de muito trabalho e quase foi cancelado em alguns momentos, fazê-lo nesse momento foi um grande desafio, sempre devemos pagar o preço correto pelo valor das coisas que desejamos.

Muito obrigado.

SUMÁRIO

1. RESUMO	5
2. INTRODUÇÃO	6
3. APRESENTAÇÃO DO CASO	13
4. O POPULISMO	33
5. A ASCENÇÃO DE VIKTOR ORBÁN E O DECLÍNIO DEMOCRÁTICO	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
BIBLIOGRAFIA	62

1. RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o atual cenário da política nacional da Hungria, tendo como ponto de partida a transição democrática após queda do regime soviético.

Para tanto, iremos analisar e revisar a bibliografia especializada em declínio democrático e populismo, relacionando os conceitos com o atual período da democracia húngara. Estudamos a trajetória da redemocratização seu processo de negociação e eleições posteriores, as medidas de Orban no poder que o configuram como populista e como isso afetou a democracia após 2010. Portanto verificamos a queda da qualidade democrática e a importância do sistema democrático como um todo para a própria sobrevivência do regime.

Palavras-chave: populismo, democracia, Hungria

ABSTRACT

The present paper aims to present the current scenario of Hungarian national politics, having as a starting point the democratic transition after the fall of the Soviet regime.

To do so, we will analyze and review the specialized literature on democratic decline and populism, relating the concepts to the current period of Hungarian democracy. We studied the trajectory of redemocratization, its negotiation process and subsequent elections, Orban's measures in power that configure him as a populist and how this affected democracy after 2010. the very survival of the regime.

Keywords: populism, democracy, Hungary

2. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral realizar um estudo das mudanças do regime político húngaro desde o fim do regime soviético e apontar as causas levantadas na literatura sobre como essas mudanças ocorreram. Em nosso estudo iremos analisar brevemente a formação da democracia e o processo de degeneração comandado pelo atual presidente Viktor Orbán, quando a Hungria se torna o caso síntese que ilustra a potencial ameaça que o populismo de direita na segunda década do século XXI representa para as democracias contemporâneas;

Para chegar aos resultados deste estudo, parte-se dos seguintes objetivos específicos:

- 1) A formação da Hungria democrática e sua entrada na União Europeia
- 2) O processo de decadência e declínio da qualidade da democracia húngara
- 3) A relação entre declínio democrático húngaro e líderes populistas.
- 3.1) Como ilustração, analisamos os diversos indicadores da democracia que demonstram o declínio democrático húngaro.
- 4) Analisamos os acontecimentos da Hungria como parte de um processo global de perda da qualidade das democracias contemporâneas

Recentemente diversos estudos apontam para uma tendência global de redução da qualidade democrática. Um marco no debate é a publicação do artigo “*Is democracy in decline?*” de Plattner (2015) que questiona e aprofunda as publicações sobre o tema, bem como analisa a democracia como valor, além de um recorte temporal da última década.

Bem como problematiza se globalmente a democracia não é mais o padrão de legitimidade política, como um objetivo a ser alcançado para mais governança efetiva, com três pontos mostra a direção deste novo momento, sendo eles 1) Democracias tradicionais estão com problemas de performance política e prosperidade econômica. 2) A aparente vitalidade de alguns países autoritários. 3) A mudança geopolítica entre democracias e seus rivais.

Além disso, questiona se o período de 1990 não é atípico, pois, após esse momento de maior domínio dos EUA e de seus aliados democráticos na esfera internacional, propiciaram condições para que muitos conflitos domésticos findassem com atitudes favoráveis à democracia. As mudanças do cenário internacional podem alterar as tendências domésticas e assim, Plattner (2015) atenta para que se revise o tópico com cautela, nesse momento decisivo de modo claro.

A publicação de livro de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2019) sobre o tema, focando o papel do populismo especialmente na experiência das últimas eleições norte americanas, com o título “*Como as democracias morrem*”, ressalta a importância de normas não escritas, como a tolerância mútua e o respeito ao adversário para o bom funcionamento da democracia, tomando o caso do regime político norte-americano e como a polarização fomenta o desrespeito às regras do jogo e cria uma disputa mais combativa que não termina ao fim de uma eleição, aumentando as tensões do jogo político.

Para ilustrar o processo, o livro recorre a uma metáfora futebolística:

“[...] para consolidar o poder, autoritários potenciais tem de capturar o árbitro, tirar da partida pelo menos algumas das estrelas do time adversário e reescrever as regras do jogo em seu benefício, invertendo o mando de campo virando a situação de jogo contra seus oponentes” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 80).

Botelho (2020) discute esse processo na América Latina, atentando a desconfiança das instituições por parte da população e aumento recente do apoio de figuras políticas autoritárias. Ele mostra um declínio da percepção do voto como um instrumento de mudança social, levando em consideração dados de indicadores do “*latinobarometro*” da média regional de importância do voto, apresentando o pior valor da série histórica, não se tratando de uma circunstância isolada e sim um processo contínuo de insatisfação com o procedimento político de eleição

Diamond (2015), aponta para uma tendência global no sentido de menos qualidade democrática em diversos países-chave do que considera como uma “zona cinzenta”, países que estão no limiar do que é considerado democracia, como: Hungria, Polônia, Eslováquia, Estônia e República Tcheca.

Levitsky (2015), mostra que os indicadores globais referentes à democracia caíram, não por nações que abandonaram o regime e foram em direção a autocracia, e sim regimes que nunca se consolidaram democráticos anteriormente e por conta de fragilidades estruturais e econômicas deterioraram-se por uma ausência de prosperidade econômica. Complementarmente, segundo, Lührmann & Lindberg (2019) o recente afastamento da democracia em escala global não é marcado por golpes militares nem ocupações e sim por erosão democrática gradual de aspecto legal dada pelos incumbentes. O processo seria, portanto, menos associado com rupturas democráticas, mas com uma evidente perda da qualidade da democracia em países com regimes em consolidação e também nos países com regimes consolidados.

Os países que estão nesse bojo de instabilidade e declínio democrático apontados por Larry Diamond (2017) são: Índia, Turquia, Filipinas, Equador, Hungria e Polônia.

Não é possível desassociar política da economia, como visto em Arpino & Obydenkova

(2019), relacionando paralelamente a confiança as instituições (notavelmente EU e parlamentos nacionais) à estabilidade democrática, percebem que após crise financeira de 2008, os países com menos tradição democrática dentro do bloco da União Europeia são os que mais diminuíram o nível de confiança em instituições internacionais.

A questão econômica é sempre presente no debate desse período pós-crise de 2008, em que partidos tradicionais perdem espaço no cenário europeu e o populismo surge como possível alternativa na arena política (BERMAN & SNEGOVAYA, 2019).

Na literatura de transição de regime, a tendência mais clara é que países ricos que possuem uma democracia consolidada enfrentam melhor as crises políticas e econômicas, sintetizando o pensamento de maneira sucinta, Adam Przeworski (2020) diz “a probabilidade de sobrevivência da democracia aumenta acentuadamente se a renda aumentar, e que nenhuma democracia num país com renda per capita maior do que a da Argentina em 1976 até hoje entrou em colapso” (PRZEWORSKI, 2020, pg. 24).

Nessa linha temos o estudo de Kriesi & Pappas (2015) que analisa a relação entre crise econômica e populismo, e dentro do grupo dos países do qual a Hungria faz parte, verifica-se um aumento geral no número de países com governos populistas, caracterizado segundo os autores por deficiências institucionais anteriores e a recessão de 2008 que impulsiona essa tendência prévia.

Sendo assim, o populismo contemporâneo é marcado pela proliferação de sua estratégia e retórica pós-crise de 2008, variando de forma em países, não importando sua tradição democrática, e em diferentes contextos políticos nacionais, como define Hawkins (2017): “*populist parties are a response to the electoral space created by a changing electorate and an unresponsive party system*”¹ (HAWKINS et al, 2017, pg. 272).

O populismo pode ser combinado com outras características ideológicas e programáticas, o que possibilita a emergência de diferentes tipos de partidos populistas, de direita e de esquerda. De acordo com Mattia Zulianello e Erik Larsen (2021) o populismo de direita é o mais comum e geralmente tem características nacionais-conservadoras e o populismo de esquerda abraça uma identidade mais socialista, definindo o povo puro como a parcela socioeconômica mais desassistida.

Seja na versão de esquerda ou direita, o populismo sempre aponta para os fracassos da democracia. Populismo e democracia são fenômenos que andam juntos, existem referências

¹ Partidos populistas são uma resposta ao espaço eleitoral criado devido a uma mudança no eleitorado e um sistema partidário não responsivo (tradução nossa).

populistas na ideologia democrática como bem aponta Canovan (2002).

Ádám (2018) acrescenta que o populismo de esquerda e de direita degrada a democracia, pois constrange uma escolha livre, tendo em comum um viés ao autoritarismo. Assim como existe uma promessa inerentemente democrática na proposta populista, capitalizando a insatisfação do regime. (ABTS & RUMMENS, 2017, pg. 419-420)

Por sua vez, de acordo com Betz (1994) o período de integralização ao mercado internacional na Europa, trouxe desigualdade econômica, mesmo com o aumento do PIB, principalmente em países sem sistemas de proteção social. Isso explicaria a emergência populista, em instituições políticas domésticas, devido um novo contexto econômico gerando insatisfação política, existindo assim um apelo aos “perdedores da globalização” faixa da população mundial mais afetada pelo desemprego e queda de renda no período recente devido mudanças estruturais na produção industrial.

Fenômeno ilustrado pelo “elefante da globalização”, gráfico que representa a desigualdade economia global entre 1988 e 2008, em um intervalo de 20 anos a classe média dos países desenvolvidos do Oeste Europeu perderam poder de aquisitivo, a desigualdade econômica aumentou.

Utilizando um banco de dados eleitoral, Petar Stankov (2018) verificou a presença de resultados vitoriosos de populistas de esquerda e de direita após choques macro econômicos na Europa e na América Latina, desemprego e desigualdade possuem relevância estatística no modelo utilizado.

Já na Europa Há partidos tradicionais perdendo espaço e a ascensão de novos como PODEMOS na Espanha, Movimento Cinco Estrelas na Itália, United Kingdom Independence Party no Reino Unido.

Em 2016 partidos populistas dominavam a maioria do parlamento em seis países: Grécia, Itália, Hungria, Suíça, Eslováquia, e Polônia. Já na Finlândia, Lituânia e Noruega, partidos populistas fazem parte do governo (MUDDLE, 2016).

No caso da Hungria antes de 2008 já ocorreu um esvaziamento da esquerda e um alinhamento com o centro liberal propondo medidas econômicas e sociais infrutíferas que aumentaram endividamento público (BERMAN & SNEGOVAYA, 2019).

The situation in Central and Eastern Europe is even grimmer. In Hungary, the Socialist Party (MSzP), initially one of the strongest post transition parties, garnered only 12 percent of the vote in April 2018 elections for the National

Além disso, a Hungria pode ser entendida como o pior caso de recessão democrática da União Europeia. O mundo pós-soviético húngaro contava com desemprego alto antes mesmo de 2008, havendo uma lacuna entre a prática política real e as instituições que organizam as “regras do jogo” político (ÁGH, 2016).

Utilizaremos o conceito de qualidade democrática, para efeitos de mensuração e comparação em série temporal e indicadores, portanto qualidade democrática será uma variável contínua. Diferentemente da concepção binária de democracia, isso é, regime democrático ou não democrático, como na visão Schumpeteriana que aborda a democracia apenas como um conjunto de regras e procedimentos pragmáticos com o objetivo de organizar a luta de partidos políticos pelo poder.

Primeiramente em seu livro “para entender a democracia”, Diamond (2017) discorre que a democracia não é homogênea, ela possui graus, por sua vez uma democracia de qualidade é uma noção mais profunda de democracia efetiva, se apresentando de forma multidimensional capaz de ampliar liberdade, igualdade e capacidade de resposta, em oposição a visão procedimental de Schumpeter (DIAMOND, 2017).

Tendo o conceito uma noção pluralista, segundo Diamond (2017) uma democracia de alta qualidade tem uma boa média de virtudes “poliarquicas (ou, implicitamente, democracias boas e robustas) *‘são a síntese complexa de três correntes ou tradições históricas: democracia, liberalismo e republicanismo’*” (O’DONELL, 1998 apud DIAMOND, 2017, pg. 143).

Retomando a compreensão da definição das dimensões da democracia, a liberdade é entendida como o conjunto de direitos políticos, civis e socioeconômicos, a igualdade atua como um ideal, formalizada em direitos sociais, e a capacidade de resposta implica eficiência e uma sociedade civil robusta que podem ser medidas.

A lógica desse arranjo ocorre da seguinte forma, se é observada uma democracia com grau elevado de liberdade, entende-se que há um Estado de Direito capaz de sustentar essa estrutura. Um Estado de Direito com maior capacidade tem a qualidade de entregar melhores resultados, ocorre a inter-relação entre as dimensões que formam a qualidade democrática.

Diamond (2017) define qualidade democrática como um conceito normativo, capaz de

² A situação na Europa central e oriental é ainda mais severa, na Hungria, o partido socialista, inicialmente um dos mais fortes na pós-transição, angariou apenas 12 por cento dos votos em abril de 2017 pelas eleições da Assembleia Nacional.(tradução nossa)

³ Grifo do autor.

mensurar e quantificar participação, competição política vigorosa, desempenho das instituições e garantias civis, sumarizando entrega de resultado efetivo de cidadania (DIAMOND, 2017, pg. 137).

Visando compreender o fenômeno de como o populismo afeta a qualidade da democracia, estudaremos o caso pelas lentes da Hungria no dado período e como ele se posiciona em meio outros tantos processos ao redor do mundo, com protestos, repressão policial violenta, desrespeito às normas não escritas da democracia, as medidas de seu atual governante, Viktor Orbán e ascensão de líderes populistas.

Em primeiro lugar, faremos um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema, estudar declarações dos políticos envolvidos, comentários de especialistas sobre os mesmos, verificar a trajetória das decisões políticas do governo em paralelo com reações da união europeia e outras potencias internacionais.

Em uma segunda etapa será realizada por um estudo quantitativo simples, com a comparação das séries temporais da Hungria, ao longo de um período de dez anos. A unidade de análise é o estado nação húngaro e o fenômeno a ser estudado são as medidas do atual governo do primeiro ministro. Configurando um estudo de caso:

“Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela” (FONCECA apud GERHARDT & SILVEIRA, 2009, pg. 39)

Para essa análise adotaremos o método do *process tracing* ou delineamento do processo, a variável dependente central é a própria mudança da qualidade democrática húngara e as variáveis independentes serão identificadas ao longo do estudo exploratório. O delineamento do processo pode ser entendido como a técnica de pesquisa que:

Analisa processos de mudança e descobre mecanismos e sequências causais em determinados contextos, utilizando observações particulares de casos e contextos específicos. A finalidade dessa ferramenta é traçar vínculos entre causas possíveis e resultados observados por meio do exame histórico, de documentos arquivados, da transcrição de entrevistas, além de outras fontes, visando observar se os processos causais de uma teoria são evidentes nas variáveis intervenientes do caso. (GEORGE e BENNETT, 2005, pg.32).

A observação do processo causal se baseia em múltiplas fontes de informação, abordando o problema de variadas maneiras, cruzando informações com cada nova evidência e verificando se o curso causal postulado é provável. A observação do processo causal investiga os mecanismos e as sequências causais em seus pormenores.

Os pontos positivos dessa metodologia de análise qualitativa, são encontrar acontecimentos chave de um fenômeno e descrever o caso de maneira definida ao longo do tempo, sendo o período de tempo apropriado os anos de governo Orbán.

Este trabalho segue a seguinte sequência. Além desta introdução, onde é apresentada a temática em estudo, os objetivos da pesquisa; na sequência, a apresentação do caso, no qual se discute, inicialmente, sobre um breve histórico da Hungria pós-comunista, no segundo tópico desta mesma seção, discute-se o conceito de populismo, no terceiro momento, discute-se sobre a polarização e o populismo, na sequência, aborda-se, o declínio democrático, finalizando com as análises, as considerações finais.

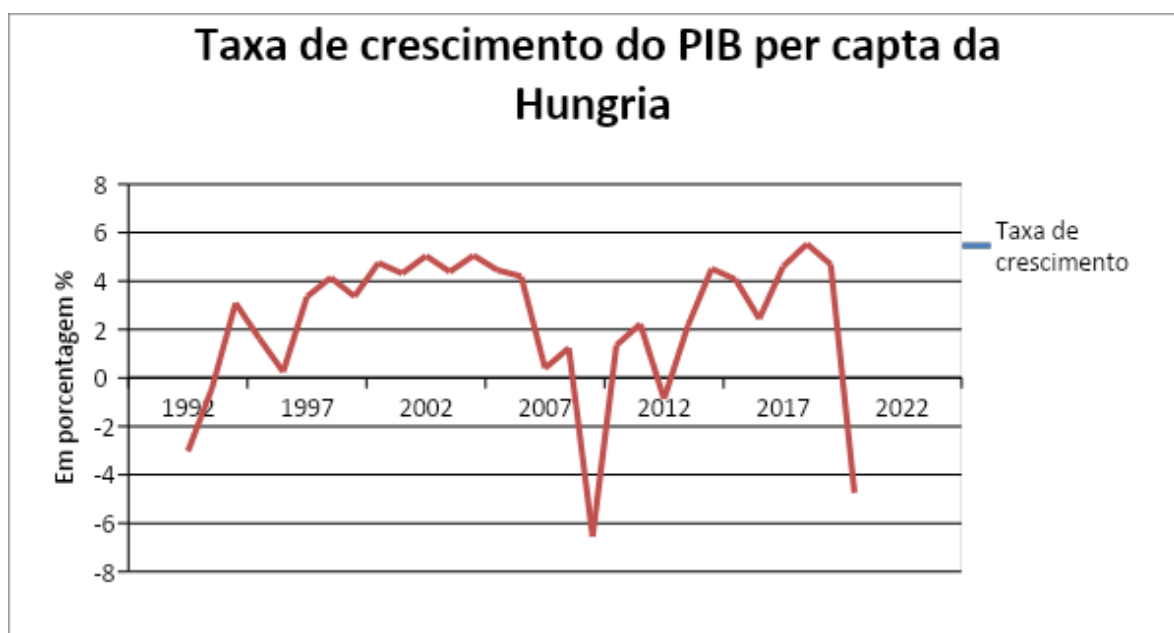
3. APRESENTAÇÃO DO CASO

Nesta seção, apresentamos o contexto da ascensão de Viktor Orbán ao poder, um breve histórico da Hungria pós-comunista e como ocorreu a transição e suas primeiras eleições livres.

A Hungria está situada em um contexto histórico, geográfico e político de bastante conflito, caracterizado por um palco de disputa durante séculos, desde o império romano até os Habsburgo, de um império austro-húngaro, até uma república soviética.

A Hungria está localizada na Europa Central, na Bacia dos Cárpatos, Faz fronteira com a Eslováquia ao norte, Romênia ao leste, Sérvia ao sul, Croácia a sudoeste, Eslovênia a oeste, Áustria a noroeste e Ucrânia a nordeste, posicionado entre a Europa central, Balcãs e o Leste europeu. A capital do país é a cidade de Budapeste. Possui clima temperado, seu território é de 93 mil Km², possui um IDH de 0,854, a maioria dos Húngaros é composta de Cristãos. É impossível recordar acontecimentos históricos do passado recente sem citar essa nação em que devido a sua importância geopolítica foi alvo que grandes potencias imperiais.

Gráfico 1: taxa de crescimento do PIB per capita da Hungria (1990 – 2020)

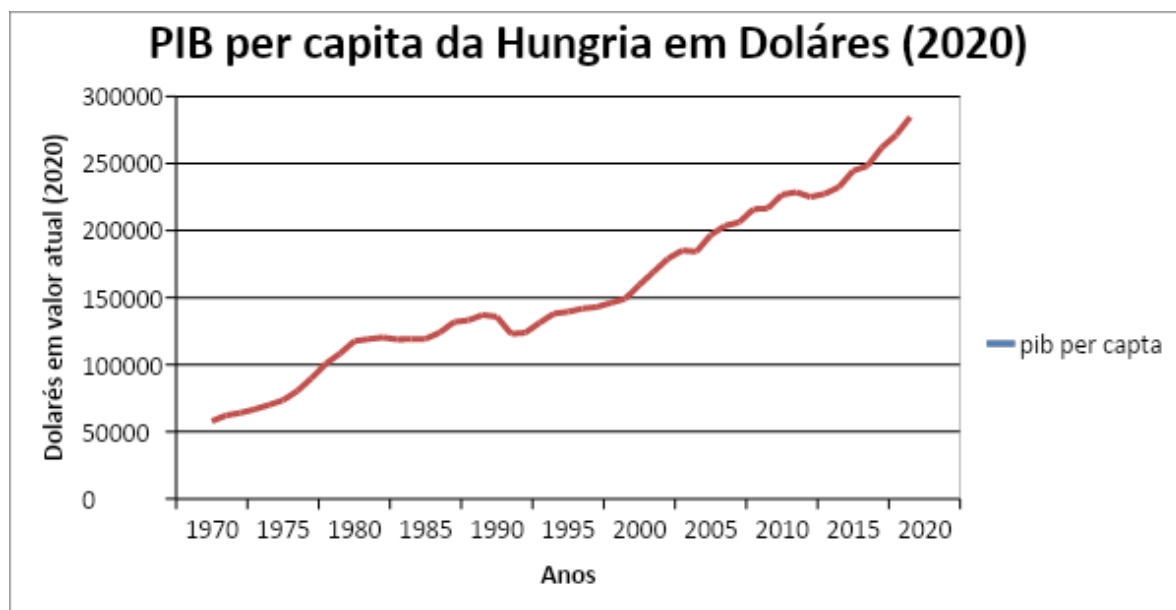


A Hungria pode ser considerada um exemplo por excelência do populismo contemporâneo e como as instituições democráticas se fragilizam, principalmente o constitucionalismo democrático. O atual primeiro-ministro já chefiou o estado anteriormente em 1998, em um governo de coalização centro-direita, que mostraria um movimento pendular

típico das eleições na região dos países ex-soviéticos.

Para os efeitos de compreensão deste trabalho, devemos ter em mente que a Hungria durante o século XX esteve do lado derrotado das duas grandes guerras, perdeu parte de seu território, houve ocupação nazista, posteriormente esteve sob a ditadura soviética. Logo os discursos que resgatam ideias nacionais e de soberania e integridade territorial possuem um feedback emocional concreto até hoje. (KREKÓ et al, 2018 pg. 15)

Gráfico 2: PIB per capita da Hungria em Dólares (2020)



Fonte: Banco mundial. Pib per capita, 2021. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?locations=HU>

A Hungria da década de 1980 não era livre politicamente, entretanto comparada com épocas anteriores, principalmente no pós-segunda guerra havia certa prosperidade, escolas foram construídas e a renda per capita aumentou. Entre os países sob influência do regime comunista, a Hungria era considerada uma das melhores em qualidade de vida, segundo o autor Miklós Monár (2001) o consumo triplicou em relação ao período Stalinista. (MOLNÁR, 2001, pg. 331)

Já nessa época a Hungria possuía uma população alfabetizada, de acordo com a fonte da CIA *World factbook*, em 1980, 99%⁴ da população com mais de 15 anos já sabia ler e escrever.

Pelos últimos dez anos a Hungria tinha uma posição diferenciada, era uma verdadeira

⁴ Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/hungary/#people-and-society>

ponte com o Ocidente e aos poucos se aproximava da Alemanha Ocidental essas circunstâncias permitiram uma política de qualidade de vida “semi autônoma”, e a Hungria não causou episódios de repercussão semelhante a da Polônia, como greves, em que o governo soviético era mais duro.

Com a “Doutrina Breznev” a União soviética poderia interferir militarmente em países vizinhos se estes ameaçassem o socialismo. Como aconteceu na Polônia em 1981, onde foi instaurada lei marcial em uma tentativa de esmagar oposição a política organizada por Lech Wałęsa.

Em 1985 Gorbachev se reuniu com János Kádár, para planejar a sucessão do regime. Kádár era o líder político da Hungria no momento, anteriormente primeiro ministro e primeiro secretário do partido socialista Húngaro desde 1956. Iniciam-se negociações de empréstimos, privatizações e trocas de cargos no partido. Com a permissão de Moscou a Hungria pode então contar com uma transição sem golpe de estado e com um líder essencialmente nacionalista.

A transição democrática na Hungria, é sobretudo uma transição negociada, fruto de um pacto, entenderemos pacto como “um acordo explícito entre um seleto grupo de atores políticos que buscam definir, ou redefinir regras para o exercício do poder com base em garantias mútuas” uma negociação em que o perfil da oposição era moderado, evitando a escalada de um possível conflito, o que também explica a natureza das negociações. (O’DONNEL & SCHMITTER, 1986, pg. 37 apud SCHIEMANN, 2005, Pg. 18).

Os arranjos para a criação dos partidos que viriam a competir posteriormente começaram (STONE, 2019, pg. 218). São as chamadas negociações da conferência nacional *Hungarian roundtable*, como ficou conhecida, ou Mesa Redonda, o pacto que estabeleceu o futuro político do país: procedimentos das novas eleições e direito de representação política, neutralidade na política internacional, um novo exército com a extinção do exército particular do partido comunista “Guarda dos trabalhadores” aos moldes da negociação polonesa, que teve sucesso pouco antes e serviu de exemplo.

A oposição democrática responsável por essas mudanças sistêmicas negociadas de maneira pacífica, era composta por dissidentes reformistas do partido comunista, os criadores do Fórum democrático Húngaro, oriundo de um protesto contra o impacto ambiental de uma hidroelétrica, a Federação dos jovens democráticos (Fidesz), liderado por um ativista chamado Viktor Orban, e o primeiro sindicato independente da Hungria (TDDSZ), juntos formavam a vanguarda da coalizão de iniciativas independentes datando de 1987.

Juntamente com o fórum dos advogados independentes, essas iniciativas iniciaram nessa

data pela clara evidencia de abertura política dada por Mikhail Gorbachev durante a “*perestroika*”. E pela possibilidade constitucional da livre associação não ser terminantemente proibida

O representante eleito do Fórum dos Advogados Livres, Imre Kónya, foi o responsável por organizar e reunir a coalização democrática durante o período de negociação. O Partido Comunista buscou celeridade nas tratativas e em primeiro momento negociar de maneira independente com os grupos buscando uma divisão interna, essa tentativa não rendeu frutos e a coalizão agora só decidiria em bloco. (BOZÓKI, 1993, pg. 284)

No final da década de 1980, o ambiente político e econômico muda devido ao contexto de instabilidade econômica, herança da inercia soviética e inevitável abertura econômica a novos mercados. adicionalmente a saída do primeiro ministro Károly Grósz do partido comunista, já não havia condições de legitimidade para continuar ou endurecer o regime, restava a possibilidade de assegurar garantias. (BOZÓKI, 1993, pg. 282)

O plano institucional do então partido comunista da Hungria (MSZMP), era um sistema que lhe favorecesse e possibilitasse uma vantagem ao ganhar eleições, sendo um sistema semipresidencialista, que favorecesse o voto majoritário, com uma eleição direta em um mandato de até 7 anos, decidido antes das eleições livres, após um mandato indireto presidido por Imre Pozsgay. Uma corte constitucional subordinada ao parlamento que controlasse a operação e registro de partidos políticos, visando barrar criação de novos e reduzir seus números, e que no máximo pudesse suspender, mas não anular leis (SCHIEMANN, 2005, Pg. 18).

Entretanto, o resultado foi, um sistema parlamentar de eleição indireta com mandato de até 4 anos, que favorecia votos proporcionais, e uma corte constitucional independente que não possuía atribuições de regulação e controle de partidos políticos e com poderes de anulação de leis (SCHIEMANN, 2005, Pg. 18).

O autor András Bozóki (1993) atribui esse sucesso da oposição devido a união do grupo e pressa em alcançar uma alternativa, pois como visto sem o apoio da união soviética que iria ser desmontada e em um país sem sustentação econômica, a o partido da situação via-se sem apoio, a data limite era 16 de junho de 1989, data dos 31 anos da morte de Imre Nagy, um herói nacional que lutou contra os comunistas, uma data simbólica de celebração dos mártires da revolução de 1956, se não houvesse uma decisão até essa data, o partido perderia ainda mais poder de barganha.

A presença de pressão interna por mudanças, juntamente com a ausência de apoio

externo deixou o governo do partido comunista da situação em uma posição defensiva, por essa razão a transição negociada húngara contou com grandes concessões institucionais. Por sua vez o pacto estabeleceu garantias aos membros do governo anterior, por esse motivo não houve a condenação de nenhum oficial comunista nos anos seguintes à mudança do regime, extinguiu-se os crimes políticos.

Segundo o autor Andreas Bozóki (1993) o MSZMP, concedeu dessa maneira pela incerteza de sua própria sobrevivência futura e por garantias que a transição não teria retaliação, dessa forma as reformas eleitorais acabam auxiliando a emergência de partidos menores, via lista nacional, contanto que o sistema favorece o partido com o maior número de cadeiras no parlamento

Era preferível uma reconciliação a uma derrota completa, a única maneira de assegurar uma transição não violenta em um momento de tanta incerteza, seria se todas as partes envolvidas no processo concordassem em se autolimitar, e cooperassem (BOZÓKI, 1993).

O colapso do regime soviético ocorre em 1989, marcando uma profunda mudança no país. A queda do regime anterior deixou de herança uma indústria passiva que perdeu espaço no momento da abertura econômica e dívidas acumuladas. (COX & FURLONG, 2005, pg. 21) o desmembramento dos países da URSS seria apenas questão de tempo. János Kádár, presidente desde 1956, agora debilitado com 75 anos de idade, exausto fisicamente, estava ausente e sem capital político, é um símbolo da crise comunista (MOLNÁR, 2001).

Com ausência de censura e agora liberdade política, tem-se a criação do partido FIDESZ, organização política mais relevante para este estudo. Já em 1988, Viktor Orbán era a principal liderança do partido. A “Free Democratic Alliance” ou aliança dos democratas livres (SzDSz) também se formou nesse período, configuram assim a juventude política húngara são os “dissidentes” jovens que possuem em sua agenda de proposições a adoção do livre mercado (STONE, 2019, pg. 228).

O Autor Andras Bozóki (1994) constata que a Hungria, desde 1957, sob o comando de Kádár, controlava cada vez menos a mobilização popular. Mesmo que incipiente, essa ausência de controle linha dura da sociedade de maneira geral, permitiu que diferentes grupos organizassem partidos.

Munk & Leff (1997), descrevem sinteticamente de maneira comparada às particularidades da transição democrática da Hungria, narram como essa rede comunista foi aos poucos desvencilhando-se de maneira planejada.

Na Hungria, a transição foi negociada pela oposição e elites situacionistas que tinham

interesse em buscar uma abertura. A ala reformista da elite comunista estava construindo pontes em direção a correntes mais acessíveis na oposição política e cultural por diversos anos antes de 1989, na procura de uma fórmula de liberalização política por "pluralismo socialista que legitimaria uma reforma econômica efetiva. [...] De maneira diferente dos casos discutidos anteriormente, a transição húngara foi relativamente simples.

Diferente do caso polonês a Hungria não foi o primeiro país a negociar a saída do bloco e instaurar um novo governo, logo já conhecia os constrangimentos e limites a serem dados na mesa de negociação com a URSS. Dessa forma, mesmo com divisões na oposição húngara, o processo foi simplificado, devido à ausência de resistência e a vantagem de não ser o primeiro e com isso não cometer os mesmos “erros” (MUNK & LEFF, 1997, pg.82-83.).

O autor Lima (2017) diz que esse fato revela um declínio da estrutura da política soviética, acentuado com o desenvolvimento da Guerra do Afeganistão⁵. Esse fato não permitia disponibilizar o apoio militar necessário para apaziguar o crescimento da oposição e o consequente agendamento das conversações em mesa redonda na Polónia e na Hungria (LIMA, 2017, pg. 21)

A fragmentação política traduziu-se na participação nas negociações de um maior número de atores, logo o resultado da negociação teve que abarcar interesses mais amplos e diversos. Os partidos dessa mesa redonda podem ser divididos em três grupos: o MSzMP, representando os interesses do antigo regime, de partido único.

Um segundo grupo formado por partidos políticos opositoristas de diferentes inclinações ideológicas e legalidade incerta até à adoção da Lei da Liberdade de Associação em 1989. dentre eles: o MDF, nacionalista e representante da classe média e da democracia cristã europeia. Também fazem parte deste grupo, o partido dos pequenos produtores independentes (FKgP), traça suas origens em movimentos agrários do início do séc. XX, com uma estrutura montada em 1930 onde a direita húngara se reunia antes da ditadura comunista proibir os partidos. E o Fidesz, Aliança de Jovens Democratas, que emergiu de várias associações de estudantes em 1988, o SZDSZ (Aliança dos Democratas Livres – Partido Liberal Húngaro), de oposição mais dura contra o regime anterior.

Finalmente, o terceiro grupo representativo da sociedade civil, o chamado “terceiro lado”, onde o FJF (Fórum dos Juristas/advogados Independentes), desempenhou um importante papel no estabelecimento das instituições democráticas.

⁵ A guerra do Afeganistão (1978 – 1989) foi um conflito armado em que a URSS lutou contra os rebeldes “mujahidin” para defender o então governo comunista do país.

O desejo de finalizar a negociação rapidamente firmou um compromisso de um novo modelo constitucional sem uma ruptura radical, um consenso amplo que suportasse as demandas de grupos tão diferentes e que preserva a elite anterior sem retaliações dos atores envolvidos anteriormente (BOZÓKI, 1994).

Isso também explica o consenso alargado das negociações de transição, não foi um processo revolucionário e sim reformador. Algo que também contribuiu para a posição enfraquecida do partido MSzMP foram as divisões internas em facções pró-democratização e dissidentes políticos que migraram para o Fórum Democrático Húngaro. (LÉVESQUE, 2010, pg. 320)

Constavam três compromissos fundamentais: o estabelecimento de uma verdadeira democracia liberal, a adesão às instituições que, para os húngaros, simbolizavam a adesão ao mundo Ocidental, particularmente a CEE/UE e a NATO, e a preocupação com os destinos das comunidades etnicamente húngaras a viver nos países vizinhos em consequência do Tratado de Trianon. (BISCAIA, 2019, pg. 55)

A partir de março de 1989, como mencionado anteriormente negociações foram feitas no sentido de “dividir a oposição”, o MSzMP visou negociar com cada partido de maneira individual, essa estratégia foi frustrada, pois a oposição resolveu que a negociação seria decidida via consenso coletivamente e todas as partes envolvidas teriam poder de veto, oposição que resultaria na formação da “mesa da oposição”, convocada para prevenir essa ação. (PITTAWAY, 2003, p. 60).

Assim, em abril de 1989, as negociações entre os partidos tomaram forma, e os atores envolvidos concordam em um sistema multipartidário, as negociações superam a esfera política e eleitoral e as lideranças também discutem a transição econômica. As eleições livres se tornaram inevitáveis e restou a elite do partido MSzMP ter o máximo de influência possível em outros aspectos da transição, como por exemplo, princípios da constituição e elementos socialistas no novo governo, formando uma continuidade institucional. (COX & TERRY, 2005, pg. 46)

Como resultado das negociações também temos novas instituições democráticas, com destaque para a Presidência da República e para o Tribunal Constitucional, que fiscaliza os princípios da Constituição. E instituições não democráticas “guardiãs do interesse público” como a Provedoria dos Direitos dos Cidadãos e a dos Direitos das Minorias, o Banco Central e a Procuradoria, 1990 também é o ano que a Hungria ingressa no Conselho da Europa (TÓKÉS, 2002, pg. 118-130).

Entretanto, o fruto da negociação também se mostra ambíguo e com elementos e não democráticos, como a manutenção da continuação do regime anterior, mesmo que emendada, a criação de várias instâncias de “estabilização da democracia”, onde se incluem várias posições relevantes cujos titulares eram escolhidos por nomeação. (BISCAIA, 2019, pg. 53)

A república da Hungria foi proclamada na capital Budapeste no ano de 1990, o futuro político seria agora decidido nas urnas e a arena política se configurou da seguinte forma: os resquícios do regime comunista se reconfiguraram no partido socialista (MSZP) contando com os líderes políticos anteriores, conseguindo 8,8% dos votos, uma outra tentativa política, com menos sucesso foi a do partido social democrata que não contava com os líderes comunistas do regime anterior, não angariando 6% dos votos (MOLNÁR, 2001, pg. 338).

Partidos que já existiam tradicionalmente antes da revolução de 1956 voltaram ao cenário político como o partido social democrata, que angariou 21 cadeiras no parlamento. O partido dos pequenos proprietários que conseguiram 44 cadeiras, juntamente com o partido Fórum Democrático o grande vencedor com 165, os votos restantes ficaram com candidaturas independentes e com novos partidos sendo eles os novos democratas com 21 e o partido chamado liga dos democratas livres com 91 (MOLNÁR, 2001, pg. 338).

Tabela 1. Eleições 1990

Nome do partido	Resultado da eleição em (%)	Número de cadeiras
Fórum Democrático Húngaro (MDF)	42,49	164
Aliança dos Democratas Livres (SZDSZ)	24,4	93
Partido dos Pequenos Proprietários (FKgP)	11,4	44
Partido Socialista da Hungria (MSZP)	8,8	33
Aliança dos Jovens Democráticos (FIDESZ)	5,7	21
Partido Democrata Cristão (KDNP)	5,44	21
Outros	1,8	1

Fonte: MÉSZÁROS, SOLYMOSSI & SPEISER (2007)

O líder eleito foi Árpád Göncz, um veterano da revolução de 1956 associado ao partido SzDSz, importante notar que sendo a primeira eleição de fato o comparecimento às urnas foi baixo, apenas 45% do eleitorado. O voto não era compulsório e o autor propõe que os húngaros

estavam cansados da política (STONE, 2019, pg. 231).

É um período de otimismo político visando uma Hungria que almeja tornar-se semelhante aos padrões alemães e austríacos com possibilidade de sucesso real. Com a integração em importantes organizações como a União Europeia e a OTAN, a Hungria buscava se recuperar economicamente seguindo o exemplo de outras nações.

Certamente estabelecer uma democracia liberal em todas as instituições associadas não é uma tarefa trivial, tão pouco decisão de apenas um governo e sim um processo contínuo e constante. Governo e oposição nesse sentido devem trabalhar em conjunto visando a manutenção do sistema.

Além disso, nessa transição a Hungria já era de fato um Estado Nação mais sólido com a divisão dos poderes e tendo um líder eleito capaz de realizar a transição de regime. Movimentos dados em direção de uma construção de identidade nacional foram dados, como o resgate do passado monárquico em 11 de julho de 1990, quando a coroa de Stephen (a santa coroa da Hungria, ícone do passado monárquico do país, datando de 1256) passou a fazer parte do emblema nacional.

Em 1993, Árpád morreu sem cumprir seu mandato, o otimismo não resistiu ao aumento da inflação, 35% em 1991 e 20% posteriormente e a queda do PIB em 50% comparado a 1989. Novas eleições foram realizadas e os anteriormente comunistas retornaram ao poder. (MOLNÁR, 2001, pg. 349-350).

O consumo caiu em 11% a política de pleno emprego do período comunista funcionava baseada em endividamento, com a desregulação dos preços e mercado aberto meio milhão de empregos desapareceram (LENDVAI, 2021, pg. 468).

Muito em função do desempenho do antecessor, o partido Fórum Democrático desempenhou-se mal nas urnas tendo agora 38 cadeiras. Os partidos conservadores não obtiveram um desempenho relevante, a alternativa escolhida foi um retorno as lideranças de esquerda (MOLNÁR, 2001, pg. 351).

Tabela 2. Eleições 1994

Nome do partido	Resultado da eleição em (%)	Número de cadeiras
Partido Socialista da Hungria (MSZP)	54,4	209
Aliança dos democratas livres (SZDSZ)	17,2	69
Fórum democrático húngaro (MDF)	9,8	38

Partido dos Pequenos Proprietários (FKgP)	6,7	26
Partido Democrata Cristão (KDNP)	5,7	22
Aliança dos Jovens Democráticos (FIDESZ)	5,2	20

Fonte: MÉSZÁROS, SOLYMOSSI & SPEISER (2007)

Agora sob a liderança de Gyula Horn, político experiente e com boas relações com a Alemanha. A partir de uma aliança com aliança dos democratas livres (SzDSz) o segundo partido mais votado nesse momento, Gyula pode realizar políticas econômicas de austeridade, obviamente políticas impopulares, com o orçamento reduzido e seguindo o receituário do consenso de Washington, em 1996 a Hungria enfim reduziu suas dívidas e atraiu o investimento estrangeiro. O setor privado nesse momento participava de 80% do PIB no início da nova democracia era apenas 20% (LENDVAI, 2021, pg. 468).

A estabilização econômica não provocou estabilização política e seguindo a esteira de conflitos internacionais na região. Pelo menos 140 bombas foram detonadas em Budapeste, supostamente pela máfia, mas não há evidências suficientes para provar, e escândalos de corrupção eram recorrentes, em 1998 liderando a oposição FIDESZ representava uma nova força política (MOLNÁR, 2001, pg. 354).

Conseguindo 148 das cadeiras, o “partido dos jovens” como era conhecido o FIDESZ anteriormente não tinha resultados expressivos no parlamento, em seu primeiro mandato para assegurar maioria fez uma coalizão com os conservadores. Os socialistas na eleição anterior tinham 164 em 1998 conseguiram 138, os liberais antes possuíam 69 cadeiras e em 1998 apenas 24, uma queda brusca (LENDVAI, 2021, pg. 475).

Em 1998 Viktor Orbán, um líder centralizador e carismático que captura a imagem de muitos conterrâneos, original de uma cidade pequena e militante político (KREKÓ & ENYEDI, 2018, pg. 43) era então o primeiro ministro mais jovem da Europa, com 34 anos, anteriormente um líder estudantil, após a derrota em 1994, reformulou os discursos e imagem para ser a autentica direita húngara, passando agora a enaltecer família e pátria em sua retórica (LENDVAI, 2021 pg. 475).

Tabela 3. Eleições 1998

Nome do partido	Resultado da eleição em (%)	Número de cadeiras
-----------------	-----------------------------	--------------------

Partido Socialista da Hungria (MSZP)	34,7	134
Aliança dos Jovens Democráticos (FIDESZ)	42,7	148
Partido dos Pequenos Proprietários (FKgP)	12,5	48
Aliança dos democratas livres (SZDSZ)	6,5	24
Partido Vida e Verdade Húngaro (MIÉP)	3,6	14

Fonte: MÉSZÁROS, SOLYMOSI & SPEISER (2007)

Como primeiro ministro, apontou seus amigos e aliados de partido que permitiram sua vitória como representante do mesmo, em seu exercício não registrava os procedimentos de gabinete algo sem precedentes na jovem democracia húngara. Ainda nesse período Orbán aparecia constantemente na televisão e em rádios disseminando seu discurso e estilo personalista (LENDVAI, 2021, pg. 478).

Orbán se aproximou ainda mais da Igreja e transferiu a coroa do primeiro rei da Hungria do museu nacional para o parlamento, grupos de defesa aos direitos civis começaram a se atentar a essas atitudes, pois contribuíam com um longo histórico de antisemitismo e violência contra outras minorias, fatores complexos que fogem do escopo desse breve retrospecto pós-comunista. (LENDVAI, 2021, pg. 479).

Nas vésperas das eleições o FIDESZ, aumentou consideravelmente o gasto público, permitindo empréstimos, aumentando salário mínimo e pensões, o que pode ser considerado um dos motivos da crise econômica que viria posteriormente (LENDVAI, 2021, pg. 479-480).

Mesmo perdendo as eleições de 2002, Viktor Orbán manteve-se uma figura popular na política húngara. Os resultados dessa eleição foram; 198 cadeiras para FIDESZ, 188 para os socialistas e 20 para os liberais. O vencedor das eleições foi Péter Medgyessy com uma coalizão centro esquerda, uma figura mais moderada que capturou os eleitores que a postura de campanha mais agressiva de Orbán afastava. (LENDVAI, 2021, pg. 479).

O período de 2002 até 2010 é caracterizado pela aliança socialista liberal (MSzP-SzDSz) partido socialista e aliança dos democratas livres respectivamente. Um governo que utilizava uma retórica de “terceira via”, e se aproximava de uma postura do “novo trabalhismo” britânico, entretanto a situação econômica se mostrava mais uma vez crítica e o déficit insustentável (LENDVAI, 2021 & STONE, 2019).

Tabela 4

Eleições 2002

Nome do partido	Resultado da eleição em (%)	Número de cadeiras
Aliança dos Jovens Democráticos (FIDESZ)/ Fórum democrático húngaro (MDF)	48,6	164
Partido Socialista da Hungria (MSZP)	46,4	178
Aliança dos democratas livres (SZDSZ)	5,0	20

Fonte: MÉSZÁROS, SOLYMOSSI & SPEISER (2007)

O governo realizava gastos expansionistas, entretanto não havia fundo para cobrir esse grande orçamento, então o governo contraiu dívidas e fechou em déficit, para evitar mais perdas o governo produziu artificialmente um aumento na inflação, que gerou aumento dos preços. Os investidores estranharam a atitude e para proteger seus capitais, retiraram seus investimentos do país (MIKLOS, 2011). Em 2006 ocorre o famigerado episódio do discurso que iria mudar o cenário político da Hungria.

Um episódio de relevância no cenário público húngaro, o vazamento do discurso do então primeiro ministro Ferenc Gyurcsány, do partido socialista da Hungria (MSzMP) “Oszod Speech” um escândalo nacional que deslegitimou a esquerda do país, gerando protestos e com a oportunidade perfeita o Fidesz (Aliança cívica húngara) se apresentou como um partido anticorrupção em 2008, capitalizando a insatisfação da população (SANDOVAL, 2018, pg. 33). O trecho vazado é o seguinte:

“We had almost no other choice [than the package of cuts] because we fucked up. Not just a little bit but totally. No other country has committed such stupidities as we have. It can be explained. Obviously we have been lying our heads off for the last one-and-a-half, two years. It was quite clear that what we were saying wasn't true. . . . And in the meantime, we have, by the way, been doing nothing for the past four years. Nothing. You can't name one single important government measure we can be proud of, apart from pulling the government out of the shit again”⁶ (LENDVAI, 2021, pg. 485).

Em um contexto de crise econômica em que mudanças estruturais deveriam ocorrer, o custo social das políticas de austeridade seriam inevitáveis, o vazamento do discurso põe em

⁶ “Nós não tínhamos alternativa (a não ser o pacote de cortes de gastos), porque nos estragamos tudo, não só um pouco, mas tudo. Nenhum outro país cometeu tanta estupidez como nós. Pode ser explicado. Viemos mentindo pelos últimos um ano e meio, dois anos obviamente. Era claro que não falávamos não era a verdade... E enquanto isso, nós, a propósito, fizemos nada nos últimos quatro anos. Nada. Você não pode nomear uma única medida governamental que possamos nos orgulhar, além de tirar o governo dessa situação”. (Tradução nossa)

cheque a credibilidade do governo e das medias anteriores associadas ao mesmo. O tom negativo em que o país é retratado e a intenção de convencer os companheiros de partido a fazerem sacrifícios (interlocutor do discurso) foi desastroso. Como e quem disponibilizou esse discurso permanece incerto até hoje.

A Hungria não era a mesma em outubro de 2006, quando a icônica revolução/revolta de 1956 fazia 50 anos. Convulsão popular tomou as ruas da capital e ocorreram episódios de violência, é o início da polarização política e com isso, FIDESZ se organizou politicamente reunindo igrejas para apoiá-lo, por outro lado a esquerda húngara começa a se fragmentar e enfraquecer.

Outro motivo para salientar é o desempenho do governo anterior socialista, em 2007 a Hungria teve uma taxa de inflação 7% maior que no ano anterior, 10% mais desemprego e um decréscimo no PIB de 5%, bem como uma política de austeridade para financiar o empréstimo internacional que foi feito em 2008 (HANNON et al, 2018).

Nesse cenário Viktor Orbán simplesmente foi o mais oportunista possível, aproveitando a imagem que construiu anteriormente de autêntica direita húngara, era a oposição definitiva para os problemas do governo anterior. Os escândalos de corrupção e as políticas de austeridade fiscal também lhe favoreceram.

Tabela 5

Eleições 2006

Nome do partido	Resultado da eleição em (%)	Número de cadeiras
Partido Socialista da Hungria (MSZP)	49,2	190
Aliança dos Jovens Democráticos (FIDESZ)/ Partido Democrata Cristão (KDNP)	42,4	141
Aliança dos democratas livres (SZDSZ)	5,1	20
Fórum democrático húngaro (MDF)	2,8	11

Fonte: MÉSZÁROS, SOLYMOSI & SPEISER (2007)

Viktor Orbán liderou pessoalmente as manifestações contra o governo em Budapeste, descrevendo-o como “governo ilegítimo” (Lendvai, 2019 apud Kenes, 2021, pg. 8). Sua campanha política adotou um discurso nacionalista forte e conseguiu unir propostas de medidas orientadas ao Mercado com redução de impostos e propostas de paternalismo social, além de

apoiar uma revisão em todo sistema político (Deák, 2013 & Buzogány, 2017 apud Kenes, 2021, pg. 8)

Sendo assim a vitória de Viktor Orbán em 2010 não é uma surpresa, o cenário político mudou consideravelmente, dois partidos tradicionais não atingiram o coeficiente eleitoral mínimo de 5% dos votos totais e ficaram de fora da nova configuração do parlamento, sendo eles o partido liberal conhecido pela sigla aliança dos democratas livres (SzDSz) e partido fórum democrático. Aos socialistas restaram apenas 19%, a ascensão do partido de extrema direita JOBBIK com 17% também surpreende e captura o ambiente político construído desde 2006.

Tabela 6
Eleições 2010

Nome do partido	Resultado da eleição em (%)	Número de cadeiras
Partido Socialista da Hungria (MSZP)	19,30	59
Aliança dos Jovens Democráticos (FIDESZ)	52,73	227
JOBBIK	16,67	47

Fonte: MÉSZÁROS, SOLYMOSI & SPEISER (2007)

O JOBBIK, foi criado em 2003, e nas eleições de 2006 recebeu apenas 2,2% dos votos nas eleições parlamentares. É um partido de direita radical, mais radical que o FIDESZ nacionalista anticomunista, antisemita, e eurocético, acredita em um Estado forte e com taxa progressiva que cresceu bastante na esteira da Crise de 2008.

Constitui um papel de oposição ao FIDESZ, sendo um adversário político, capaz de capturar principalmente eleitores jovens afetados pela crise de 2008, jovens que não viveram a democratização e não observaram a atuação de Orbán como jovem político. Outro fato é que para atrair eleitores dessa demográfica Orbán acaba incorporando pautas políticas mais brandas do JOBBIK, como por exemplo, aumentar taxas de empresas estrangeiras e apesar da proximidade ideológica não atuam como aliados (NAGY, BOROS E VASALI, 2013).

Dessa maneira Viktor Orbán conseguiu 53% dos votos, entretanto pelo sistema eleitoral, sozinho o partido de Orbán na realidade possuía 68% do parlamento. (LENDVAI, 2021, pg. 489). *“In 2010, they [the people] gave their verdict for a failed era, and chose unity,*

order and safety.”⁷(“Orbán Viktor beszéde,” 2010 apud STUBER, 2018, pg. 14). O novo primeiro ministro se impõe como parte de uma nova era e apresenta os valores relevantes no seu discurso, favorecendo a segurança.

A Hungria é uma república parlamentarista unicameral desde 1990, o poder executivo é exercido pelo governo, via primeiro ministro eleito pelo parlamento a cada 4 anos, o sistema eleitoral funciona de maneira semelhante a da Alemanha. Com aspectos de eleição majoritária e proporcional, das 386 cadeiras do congresso 176 são alocadas via voto distrital (um voto uma cadeira), o restante é proporcionalmente alocado com um quociente eleitoral acima de 5% por meio de duas listas fechadas por partido, uma nacional outra da província, assim sendo o eleitor húngaro possui 2 votos por eleição.

O sistema eleitoral húngaro favorece a formação de alianças e incentiva o bipartidarismo (VEGETTI, 2019), essa estrutura simplifica o debate político e facilita a polarização por meio de um líder populista. Além de ser relativamente complexo comparado a outros sistemas o sistema húngaro favorece desproporcionalidades e pode gerar resultados como a maioria do parlamento, mesmo não possuindo a maioria dos votos.

Por conquistar maioria no congresso pela primeira vez na história, o incumbente não necessita de coalizão nem negociar com a oposição, por sua vez a oposição recusa apoiar qualquer iniciativa do legislativo, logo a derrota eleitoral é muito mais decisiva na Hungria (Lengyel and Ilonszki, 2010 apud VEGETTI, 2019, pg. 89). Configurando um cenário de jogo de soma zero.

Em 2014, Orbán fez a sua declaração mais polêmica até então, seu discurso: “*an illiberal new state based on national foundations*”⁸, (MUDDLE, 2016, pg. 28.). Inspirou-se nos exemplos da China e Rússia, como sinônimos de competitividade econômica buscando superar os obstáculos que a sociedade civil pode impor.

Desse ponto em diante, o primeiro ministro prontamente apontou seus amigos para posições chave do governo, János Áder (presidente de Estado) e László Kövér (Porta voz do Parlamento) e passou também a atacar e controlar a imprensa, o judiciário e a liberdade acadêmica, medidas que danificam a democracia (LARRES, 2021, pg. 357 – 359)

Mesmo não anunciando tal medida em campanha por ter maioria no parlamento, produziu uma nova constituição, batizada “lei fundamental da Hungria”, de acordo com um

⁷ Em 2010, eles [o povo] deram o veredito de uma era fracassada, e escolheram unidade, ordem e segurança (tradução nossa).

⁸ Um novo estado iliberal baseado nas fundações nacionais (tradução nossa).

levantamento 2/3 da população não acreditavam na necessidade de uma nova. O objetivo era múltiplo, ser um marco simbólico desse novo momento e realizar grandes mudanças de maneira rápida. A nova constituição levou apenas 11 dias para ser feita e sem consulta pública ou referendun (ILLÉS, KÖRÖSÉNYI & METZ, 2018 apud KENES, 2021, pg. 9)

A nova constituição trazia um elemento novo na definição de nação húngara, uma noção etnocêntrica e cristã, além disso, retirou do tribunal constitucional a atribuição de julgar a constitucionalidade das leis.

A oposição reagiu a essas mudanças, juntamente com ONG's, comissão de Veneza e a comissão da união européia, mostraram preocupação sobre o rumo que o país levava, Orbán respondeu que era um esforço para retomar a soberania nacional, uma “luta da liberdade” (ILLÉS, KÖRÖSÉNYI & METZ, 2018 apud KENES, 2021, pg. 10)

Ocorreram, em 2014, práticas de “*gerrymandering*”, prática de redesenho de distritos eleitorais de maneira a favorecer o voto em determinado candidato, mais recorrentemente eleições majoritárias para a câmara legislativa, aumentando ainda mais sua vantagem sobre a oposição fragmentada (KREKÓ & ENYEDI, 2018).

Mudanças legislativas feitas na reforma eleitoral de 2012, afetaram diretamente a proporção dos partidos dentro do legislativo, nas eleições de 2014, o total cadeiras do congresso eram 386 e foram reduzidas para 199. Antes das 386 cadeiras, 176 decididas por voto distrital, agora são 106. Para votos proporcionais agora são 93, anteriormente eram 210, sendo assim os votos que elegem os assentos distritais subiram de 45.6% para 53.3% do parlamento húngaro.

Logo, mesmo tendo um desempenho eleitoral menor desta vez, 53% para 44% dos votos totais, Fidesz manteve os 2/3 do legislativo (STUBER, 2018 pg. 19), em outras palavras trata-se de representação distorcida mais desproporcional que anteriormente.

A reforma eleitoral de 2012 também contou com o aumento do coeficiente eleitoral para coligação que era de 5% dos votos totais, para 10% dos votos totais para conseguir cadeira no parlamento. Mais um impedimento para a competição de pequenos partidos.

Lászlo (2016) sumariza as reformas de maneira concisa, em que distorções ocorrem. A primeira delas é a redução de parlamentares de 386 para 199, sendo 53,3% de candidaturas individuais majoritárias favorecendo os maiores partidos. A segunda distorção ocorre através da reforma da “lei de nacionalidade” de 2010, em que os “húngaros de Trianon” (qualquer pessoa com ancestralidade húngara fora da Hungria) adquirem cidadania e podem votar, e tendem a votar no FIDESZ.

Os partidos com orçamento mais robusto (notavelmente o FIDESZ) são favorecidos por

ausência de controle na propaganda, o partido no poder adicionalmente tem vantagens inerentes ao sistema, como a possibilidade de fazer “campanhas informativas” na comunicação social sem que esta conte como propaganda, tão pouco limite de tempo em canal oficial. Demonstrando que os beneficiários da reforma são os partidos aliados do FIDESZ e Viktor Orbán. Tem se uma reforma em que sua complexidade aliena o eleitorado (LÁSZLO, 2016, pg. 3-8)

Constatou-se competição eleitoral real, porem injusta de acordo com o relatório do ODHIR de 2014, o FIDESZ obteve uma vantagem desequilibrada utilizando a mídia ao seu favor, limitando o espaço publicitário da oposição por meio de pressão financeira, dúvidas sobre a imparcialidade da comissão eleitoral (ODHIR, 2014). Lei de doação de campanha não transparente de 2012, com ausência de fiscalização e auditoria das mesmas (ODHIR, 2014).

O relatório do ODHIR de 2018 continua com alegações sobre falta de transparência quanto ao financiamento de campanhas, vantagem desequilibrada do governo utilizando até o aparato estatal para publicidade em período eleitoral (ODHIR, 2018). Ocorrências alarmantes se tratando de um país rico, do bloco da União Européia e de economia aberta.

Sob essas circunstancias mencionadas, Viktor Óban pós em pratica suas e ideias e seu alinhamento político no cenário internacional, algumas declarações ataca o governo anterior, demonstram uma oposição clara entre uma postura “internacionalista” do governo anterior e sua solução governista para esse problema, o nacionalismo *“Because if we are part of the EU while we have an internationalist government at home, that is the worst possible case scenario; as we experienced between 2004 and 2010”*⁹

Em outro pronunciamento, Viktor Orbán mostra suas preferencias políticas em uma declaração de admiração explícita ao líder político da Turquia, notório por suas práticas não republicanas, além de observar em suas medidas um espelho e exemplo para as próprias, Orbán também enaltece e se aproxima do líder russo, Putin com certa frequência.

Turkey has a political leadership, with the President of the Republic at the helm, who dares to set objectives for its own people and doesn't beat around the bush and say perhaps this way or perhaps that way, but instead determines the objectives, determines the available tools and then does its utmost to achieve these objectives together with its own people. This is a

⁹ “porque éramos parte da união europeia enquanto tínhamos um governo internacionalista em casa, isso é o pior cenário possível; como vimos entre 2004 e 2010” (tradução nossa).

*huge virtue and a huge advantage in today's modern world.*¹⁰

Viktor Óban busca demonstrar que é apoiado pela população para legitimar suas políticas, isso é vital para a manutenção de sua retórica e de seu projeto político como um todo, vencer eleições um exemplo mais explícito é: a consulta nacional da imigração de 2015.

Todos os cidadãos da Hungria receberam cartas assinadas pelo primeiro ministro. Elas continham o seguinte conteúdo:

“Economic immigrants cross our borders illegally, pretend to be refugees, but in fact come for social benefits and jobs ... Because Brussels has failed in tackling immigration, Hungary must go on its own way ... We will not allow the economic immigrants to pose a threat to the livelihood and jobs of Hungarian people ... I count on your opinion”¹¹ ? (ENYEDI, 2015, pg. 13).

Além disso, possuía uma lista com outras perguntas a respeito da preocupação com o terrorismo a última questão era: “você concorda se ao invés de financiar a imigração o governo alocar gastos com famílias húngaras e aqueles prestes a nascer?” (ENYEDI, 2015, pg. 13.). As respostas segundo o governo foram utilizadas como orientações a formulação de políticas públicas.

3.1 A entrada da Hungria na União Europeia

Para entender a entrada da Hungria na união europeia é preciso resgatar o histórico dessa instituição e seu contexto. Sumarizando, a união europeia é criada com o objetivo de ser uma tentativa de integração e cooperação entre nações, em um projeto de reconstrução e reconciliação no pós-guerra possibilitando um ambiente para resoluções de conflito e prosperidade econômica.

“A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos estados-membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça,

¹⁰ Disponível em: <https://2010-2014.kormany.hu/en/prime-minister-s-office/the-prime-ministers-speeches/prime-minister-viktor-Orbán-s-speech-at-the-3rd-hungarian-turkish-business-forum>

“A Turquia tem um grande líder político, com o presidente da república no leme, que ousa definir objetivos ao seu povo e não enrola dizendo de um jeito ou de outro, ao invés disso determina os objetivos, determina as ferramentas e faz o possível para atingi-los com seu povo. Isso é uma grande virtude e uma grande vantagem no mundo moderno de hoje” (tradução nossa).

¹¹ “Imigrantes econômicos cruzam nossas fronteiras ilegalmente pretendendo serem refugiados quando buscam por benefícios sociais e trabalho...por conta de Bruxelas ter falhado em monitorar os imigrantes, a Hungria deve fazer a seu modo... Não permitiremos os imigrantes econômicos serem uma ameaça aos empregos e ao sustento do povo da Hungria ...Eu conto com sua opinião”(tradução nossa)

a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres” (UE, 2016)

Desde 1974, após seu estabelecimento, o parlamento europeu dentro da união europeia buscava expandir o alcance do bloco, e em 1995 recebe três novos membros: Áustria, Finlândia e Suécia. Em 1996 ocorrem reformas internas referentes a território e extensão de competências que reforçam essa postura de alargamento do bloco

Em 2004 a união europeia realiza seu maior alargamento, recebendo 10 novos estados, dentre eles a Hungria. Esse movimento que faz parte da “Agenda 2000 – para uma união mais forte e mais ampla” nesse período o bloco objetivou integrar o centro e o leste europeu.

O alargamento nesse contexto não pode ser atribuído a um único fator, sendo fruto de um cálculo dos países membros levando em consideração questões de segurança, prosperidade e geopolítica, a preferência e escolha da Hungria faz parte desses cálculos. (SCHIMMELFENNIG, 2001, pg. 53)

Um dos motivos que a Hungria possuía nesse período inicial de construção democrática era a adesão ao mundo ocidental com entrada na OTAN e na EU e pavimentar o caminho para o progresso econômico, e como uma garantia adicional de independência contra uma possível ameaça de Moscou. (BISCAIA, 2019, pg. 39)

A entrada no bloco começou a ser negociada em 1999, e a Hungria já cumpria os pré-requisitos, como: boas relações com vizinhos, contava com uma transição democrática negociada e pacífica e estabilização econômica. Havia também a expectativa que a Hungria atingisse os indicadores da Europa Central em poucos anos após a entrada no bloco da união europeia (SCHIMMELFENNIG, 2001, pg. 69)

Três benefícios estratégicos do alargamento (1) Faz da Europa um lugar mais seguro. Através do processo de adesão, a UE promove a democracia e as liberdades fundamentais e reforça o Estado de direito em todos os países que pretendem aderir à UE, reduzindo o impacto da criminalidade transfronteiriça. A atual política de alargamento reforça a paz e a estabilidade nos Balcãs Ocidentais e promove a recuperação e a reconciliação após as guerras da década de 90. (2) Contribui para melhorar a qualidade de vida das populações através da integração e da cooperação em domínios como a energia, os transportes, o Estado de direito, a migração, a segurança alimentar, a proteção dos consumidores, e o ambiente e as alterações climáticas. O alargamento contribui para assegurar que os nossos próprios padrões elevados sejam aplicados além das nossas fronteiras, o que reduz os riscos de os cidadãos da UE serem afetados, por exemplo, por poluição importada. 4 (3) Favorece a nossa prosperidade. Uma Europa maior é uma Europa mais forte. (UE, 2014, pg. 3-4)

Contrastando com sua posição atual em relação com a União Europeia, Viktor Orbán em 1999, não era um “eurocético”, ou seja, não possuía uma atitude de oposição e descrença em relação ao bloco e seus objetivos, em alguns casos buscando nenhuma integração e sim era

um dos principais interessados em integrar a Hungria ao bloco, pedindo inclusive celeridade nas tratativas (PARLAMENTO EUROPEU, 2000, pg. 12)

Como contrapartida para a entrada da Hungria no bloco foi necessário a implementação de diretivas e políticas econômicas, principalmente sobre transparência de orçamento e promoção do comércio, o chamado Programa de Integração (MOTA, 2020, pg. 26-30)

Também fazia parte do imperativo de transição imitar o ocidente, adotar as instituições liberais democráticas era visto como um atalho para a liberdade e prosperidade, estabelecendo novos parceiros (KRASSTEV & HOLMES, 2018).

É válido pontuar que de acordo com Renata Uitz (2008) nessa época a OTAN e EU não eram pontos decisivos no eleitorado e não influenciaram as eleições do ano, tanto que prevendo um baixo interesse da população sobre o tema o parlamento da Hungria emendou uma lei que disponha que o referendo da entrada nas instituições citadas seriam validos mesmo que menos de 50% do eleitorado votassem, assim considerados mera formalidade. (UITZ, 2008, pg. 44)

A União Europeia vem à tona atualmente por ter um país com políticas iliberais no seu seio e não possuir mecanismos suficientes para lidar com esse fato, não é possível que um país deixe o bloco, a não ser por iniciativa própria. As principais medidas possíveis que o bloco possui são de cunho econômico e ativa-las seria contra produtora para o bloco como um todo, além de municiar o inflamado discurso eurocético.

Como descreve Tavares (2012), por ser uma instituição cuja legitimidade é fruto de prosperidade econômica e manutenção de soberania, as medidas de controle para manutenção dos valores democráticos são relatórios, advertências, avisos e recomendações de implementação lenta e não coercitiva e não obrigatória.

Deste modo, quando a ordem constitucional europeia é ameaçada internamente no seu compromisso com a democracia liberal e as suas componentes, como o estado de direito – como hoje o fazem as políticas iliberais adotadas por países como a Hungria e a Polónia –, a UE não dispõe de meios adequados para proteger esses valores, porque a sua própria legitimação não provém da prática democrática. O contraste é evidente com a rapidez e relativa facilidade em tomar ação sancionatória, por vezes musculada, contra os estados-membros que não ponham adequadamente em prática outro tipo de valores, nomeadamente os mais próximos das noções de boa governação, particularmente no âmbito económico (Tavares, 2012, pg. 165-180).

4. O POPULISMO

Nessa sessão propomos um breve histórico das mudanças em relação ao conceito populismo e sua compreensão e aplicação dentro da ciência política, em especial as tentativas de conceituação ideológica e de estilo político, para possibilitar uma visão mais holística e completa do tema populismo e posteriormente justificar a adoção de um em detrimento do outro.

Segundo Muddle (2004), presenciamos um *zeitgeist* populista, “um espírito do tempo” populista, sem dúvidas um dos termos mais utilizados atualmente no cotidiano para adjetivar atitudes e políticos geralmente com conotação negativa, empregado em adição com “discursos emocionais” e “políticas oportunistas”. Um termo usado em tantas oportunidades diferentes entre si que não haveria um consenso sobre seu significado, como crítica Muddle (2004).

“O que é populismo?” É uma pergunta que em si supera o escopo de um trabalho de conclusão de curso. Vem sendo tema de discussão de artigos e livros de especialistas por no mínimo 60 anos em um esforço não ainda finalizado.

Como chegamos nesse ponto? De maneira não exaustiva, primeiramente, recorreremos as suas ocorrências originais na literatura, notavelmente uma discussão mais histórica contextual que remete ao séc. XIX. Populismo em sua etimologia “*populus*” se refere ao povo, também aos senadores romanos com discursos demagógicos, é associado ao adjetivo “popular”. Sendo o povo, não a totalidade de determinada população e sim um “povo comum” (HEINISCH, HOLTZ-BACHA & MAZZOLENI 2017, pg. 22,). Sua aparição no cenário político moderno é inaugurada pelo partido populista dos Estados Unidos.

O partido populista (US American People’s Party), fundado em 1881, foi originalmente fruto de uma aliança de fazendeiros e surge em um contexto marcado pelas consequências econômicas do pós-guerra civil no meio oeste americano com os conflitos da modernização. Caracterizado por uma tentativa de resposta aos partidos tradicionais contando com a mobilização dos agricultores e pequenos proprietários de terra em uma promessa democrática Jacksoniana, contra uma dita plutocracia elitista, que defendia corporações e a adoção do dólar que conhecemos hoje. (MOFFIT, 2020 & HEINISCH, HOLTZ-BACHA & MAZZOLENI, 2017).

É possível observar que o batismo de “partido populista”, carrega em si um significado positivo otimista, uma organização política do povo, popular, principalmente em

um contexto de países em desenvolvimento como na América Latina. Logo a conotação pejorativa que vem a mente dos leitores contemporâneos é fruto de uma literatura revisionista a partir da década de 1950, que passou a estudar os efeitos de como se deu essa mobilização (HEINISCH, HOLTZ-BACHA & MAZZOLENI, 2017, pg. 45).

Muito da concepção otimista/ pejorativa do populismo ocorre em virtude da posição do partido populista no poder. Em conformidade com Louwerse & Otjes (2019), um partido populista na oposição pode ser incisivo na produção de políticas públicas, dado seu antagonismo contra dada elite política. Em uma análise empírica mais recente, no cenário europeu os líderes de partidos populistas quando estão no poder confrontam normas democráticas e atuam no sentido da desconsolação democrática como observado em Eiermann; Mounk e Gultchin (2017). Ou ainda por Mudde e Rovira Kaltwasser (2012) que determinam que quando o incumbente pauta suas ações na “vontade geral” a democracia está em risco.

O termo também é utilizado de maneira histórico descritiva na Rússia do início dos anos 1870. Uma onda intelectual “*Narodniki*” que em uma tradução livre significa “ir de encontro ao povo”. Foi movimento político encabeçado por estudantes e intelectuais urbanos que viam nos plebeus e no campesinato uma superioridade moral, a classe revolucionária por excelência já em uma esteira histórica de repressão de um regime fechado de alguns séculos (MOFFIT, 2020 & HEINISCH, HOLTZ-BACHA & MAZZOLENI, 2017, pg. 47). Nessa concepção originária já é possível notar uma característica que se mantém, uma superioridade moral do povo dentro do “populismo”, o povo passa a ser definido como detentor de qualidades morais. Obviamente contar com o apoio da maior parcela da população da nação é uma estratégia pragmática para qualquer objetivo político.

Advogando por terra e liberdade cabia aos intelectuais educar os plebeus para a revolução que viria. Apesar de na época ter pouca aderência social o movimento inspirou ações semelhantes no leste europeu e posteriormente a revolução socialista (KALTWASSER et al, 2017).

Canovan (1981) analisa os dois eventos com um ponto em comum sendo Idealização de um “povo” autêntico, moralmente superior, puro e unificado e o elemento da expressão da reivindicação demonstrada em uma “soberania popular”, sumariza-os em uma categoria de radicalismo agrário, posteriormente “populismo agrário”.

Esses dois eventos históricos não conectados entre si, descritos como “populismos

fundacionais” por (GUY HERMET, 2001 apud HEINISCH, HOLTZ-BACHA & MAZZOLENI, 2017, pg. 45), tem em comum o componente do ambiente rural.

Da década de 1960 em diante o termo passa a ser usado para caracterizar de maneira mais familiar líderes carismáticos por diversos autores, notoriamente ditadores da América Latina.

O Populismo no contexto da América Latina foi aplicado para rotular as alianças de múltiplas classes urbanas sob a liderança de líderes carismáticos Westlind (1996), também foi sinônimo de ditadura no terceiro mundo como descrito por Worsley (1964). (MOFFIT, 2020, pg. 21)

Os primeiros autores a revisitar esse termo segundo Moffit (2020) foram Shills (1955, 1956) e Lipset (1960). Shills (1955, 1956) busca definir o populismo como uma ideologia de ressentimento popular contra uma ordem imposta por uma classe dominante diferente. Já Lipset (1960) analisa o populismo a partir de sua base social, seguidores que a partir de sua posição enfraquecida na sociedade recorrem a extremismos irracionais devido suas frustrações.

A partir década de 1990, com o fim da guerra fria, a literatura se articulou para estudar novas ocorrências, é nesse momento que florescem as diferentes abordagens do populismo, Moffit (2020) sintetiza e explora seus atributos de maneira bem objetiva.

Os eventos políticos dos últimos dez anos aparentemente forçaram a academia a forjar um aparato conceitual mais rígido para analisar esses acontecimentos com mais precisão. O desenvolvimento do conceito ocorre lado a lado com as dificuldades das “ondas” do populismo (MOFFIT, 2020).

Buscamos, sobretudo uma definição menos fluida, menos vaga e que não se reduza aos seus componentes históricos e espaciais, e que a partir da mesma possamos conceituar diferentes eventos sendo o denominador comum o populismo.

Sendo assim populismo é um termo neutro sua relação com a democracia é ambivalente e suas consequências podem ser positivas como descreve Laclau (2005), cuja posição de mobilização popular pode enriquecer a participação democrática, e de maneira mais radical é intrínseco a democracia, não existindo sem o populismo. Ou negativas como pode ser observado em ENYEDI (2015), por exemplo, fomentando a polarização e ferindo o pluralismo político. Nessa linha argumentativa, Kaltwasser (2011) é mais enfático sendo

favorável a uma descrição mais minimalista e neutra do conceito e inferindo que o resultado da influência do populismo na democracia é uma questão de maturidade democrática, democracias mais velhas lidariam melhor com o populismo.

4.1 Populismo como ideologia

Populismo é antes de tudo um conceito contestado, em outras palavras o consenso é que não há consenso, entretanto, uma das abordagens mais utilizadas é a ideológica uma construção teórica bastante recente, em que Mudde & Kaltwasser, (2017) são referência, atentando que essa conceituação busca ser minimalista levando em conta o contexto de uma democracia liberal.

De acordo com o levantamento recente de Hunger & Paxton (2021) houve um aumento expressivo em artigos que tratam do tema após 2004, totalizando 2794 no intervalo de 2004 a 2018, sendo 884 de ciência política, o resultado da análise mostra a contribuição profunda da tentativa de unificar o conceito populismo, mesmo que não siga a definição de Mudde, a descrição de muitos autores ocorre entorno da concepção ideológica.

Como visto anteriormente o populismo como fenômeno não é algo novo, o que fomentou a produção de novos artigos sobre o tema é a trajetória que as democracias do mundo desenvolvido estão tomando atualmente em direção ao populismo. A perspectiva ideológica apresenta o populismo como uma ideia, um núcleo minimalista tendo como base a “vontade geral”, vontade essa homogênea e comum entre todo o grupo, ou seja, não é plural tão pouco demonstra preferências individualizantes, e em oposição a essa vontade uma elite conspiratória.

Assumindo que nessa abordagem o populismo é um conjunto de ideias organizado com outras ideologias mais consolidadas. Ideias identificadas sempre na retórica dos discursos. (HAWKINS & KALTWASSER, 2017) argumenta que as diferenças entre as palavras “discurso”, “ideologia” e “visão de mundo” são mínimas, portanto podem ser utilizadas de maneira equivalente e intercambiável.

A divisão entre os grupos deve ser construída de maneira precisa, a identificação do povo que detém a “vontade geral” não deve gerar confusão entre seus membros, deve possuir características definidas que os une. A elite moralmente inferior e corrupta deve ser facilmente reconhecida e atribuída de culpa. (HAWKINS & KALTWASSER, pg. 517, 2017).

Esse conjunto de ideias que sempre se apresenta no discurso de maneira explícita ou implícita, justificando medidas e políticas do líder populista, opera em uma estrutura maniqueísta de confronto entre o povo justo e a elite corrupta. De maneira mais categórica tem-

se a definição.

*“a thin-centered ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic camps, “the pure people” versus “the corrupt elite,” and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people.”*¹² (MUDDE & KALTWASSER, 2017, pg. 6).

Nessa oposição já é possível capturar elementos de polarização da sociedade, que será explorada pelo populista, como apontado por Kaltwasser et al. (2017), essa distinção entre o povo e a elite não é em um primeiro momento de classe e sim moral. A essência do povo não é em primeiro lugar étnica ou socioeconômica e sim uma pureza moral, depois associada a outro atributo (KALTWASSER et al, 2017, pg. 49).

Outro autor que contribui para o populismo como ideologia é Jan-werner Müller (2016) que possui uma definição nessa mesma linha, populismo é *“is a particular moralistic ‘imagination of politics’, a way of perceiving the political world that sets a morally pure and fully unified—but, I shall argue, ultimately fictional—people against elites who are deemed corrupt or in some other way morally inferior”*¹³ (MÜLLER, 2016 pg. 20.). Uma definição menos específica, porém apresenta esse conjunto de ideias articulados e um componente moralista forte, o moralismo é o responsável por ativar as massas.

Jan-werner Müller (2016) ressalta que essa representatividade do povo como unidade é essencialmente anti-pluralista, o povo é homogêneo e o populista o único agente fora do establishment capaz de dar voz as demandas populares.

Essa ideologia estreita ou fina é uma contraposição as “thick-centered ideologies”, ou ideologias grossas e robustas que por sua vez, são uma rede de conceitos coerentes e coesos que orientam um pensamento normativo e buscam respostas políticas de como o mundo deveria ser, por exemplo, o liberalismo ou o socialismo. O populismo por sua vez não apresenta essa robustez, segundo essa abordagem, tem um escopo mais restrito e um alcance conceitual mais limitado, por isso geralmente seu discurso e sua manifestação vem adjacente a outras ideologias mais organizadas e com um repertório simbólico maior. (MUDDE & KALTWASSER, 2017, pg. 6)

¹² Uma ideologia de centro ralo que considera a sociedade separada em dois grupos antagônicos e homogêneos, o “povo puro” contra a “elite corrupta” em que a política deve ser a expressão da vontade geral do povo” (tradução nossa)

¹³ “Uma imaginação particular de política moralista, uma maneira de perceber o mundo político que posiciona um povo totalmente unido e puro – e digo, ficcional – contra uma elite corrupta, ou moralmente inferior” (tradução nossa)

Fazendo uma pequena comparação com outra “thin-centered ideology” o nacionalismo também se manifesta com um discurso aderente a outras ideologias, uma diferença primordial entre o populismo é que o nacionalismo articula uma comunidade imaginária soberana em um tempo e um espaço definido, evocando território e Estado, não necessariamente uma oposição entre elite e povo e sim membros de outras nações.

Nacionalismo denota um “demos” definido (cidadão) enquanto o populismo tem o “ethos” como determinante para definir o seu “povo”, a confusão ocorre principalmente quando os conceitos operam juntos, principalmente em eleições para chefe de estado que ocorrem, naturalmente em escala nacional. São distintos apesar de poderem ocorrer juntos (DE CLEEN & STAVRAKAKIS, 2017, pg. 4).

De La Torre (2019) aprofunda o conceito, se o populismo é um conjunto de ideias, contudo de categoria diferente e menos articuladas quando comparadas a ideologias tradicionais, isso deve ter implicações no apelo eleitoral e em como os potenciais votos são construídos a partir disso. No caso, como são menos complexas elas estão presentes no eleitorado como um todo e caberia ao político populista manipular essas atitudes, principalmente propaga-las. (DE LA TORRE, 2019, pg. 61).

Por essa razão o populismo se apresenta de forma tão diversa e ainda mais, isso explica porque há líderes populistas de diferentes posições políticas, o que definirá se a ideologia populista é de centro, direita ou esquerda é a *thick ideology* utilizada para se acoplar à visão moralista e binária de uma sociedade dividida entre povo moralmente superior e elite corrupta e corrompida. A definição é minimalista, mas a lógica de enquadramento do discurso é fluida e pode se encaixar em vários contextos regionais, a elite corrupta é capaz de tomar a forma de qualquer oposição política possível, interna ou externa.

Essa diferenciação se torna mais evidente pelo tipo de solução gerada entre as duas propostas uma ideologia “thick-centered” possui orientações mais específicas para problemas socioeconômicos, um escopo programático. O populismo naturalmente é mais generalista, refletindo uma vontade geral mais ampla (KALTWASSER et al, 2017, pg. 50).

O povo descrito é utilizado como ferramenta de projeção de virtudes, sejam elas quaisquer para exaltação e admiração, geralmente associando ao povo comum, ordinário e injustiçado que através do líder terá essa “vontade essencialmente democrática” externalizada e materializada (HAWKINS & KALTWASSER, 2017, pg. 515,). Essa expressão política imediata sem mediação também faz parte das medidas de legitimação de reformas institucionais.

Mudde & Kaltwasser, (2017) apontam que o povo é socialmente construído, uma comunidade imaginária, um construto que organiza e simplifica a realidade, ainda mais no populismo e assim como a elite corrupta pode ser projetada em qualquer tipo de oposição, o povo autêntico e comum, pode ter qualquer tipo de virtude e ser projetado em qualquer tipo de maioria. Mesmo que seja inócuo ou que o populismo constitua um “coração vazio” (KALTWASSER et al, pg. 52, 2017) para o político ser um populista de sucesso ele deve preencher esse vazio com atributos chave para identificação do público alvo.

O povo como entidade coletiva é bastante conveniente para o populista que busca reformar a política para torna-la mais democrática, como alerta Mounk (2017) os elementos contra majoritários da sociedade, isso é tribunais constitucionais, são fundamentais para a defesa dos direitos individuais, sem o elemento do liberalismo o indivíduo se vê sem direitos garantidos no populismo, no longo prazo sem as instituições de controle a democracia se fragiliza.

Este é o argumento principal de Mounk (2017) em “o povo contra a democracia” em que o populismo é democrático por representar uma maioria, entretanto iliberal quando os eleitores interpretam que as instituições de pesos e contra pesos (legislativo e judiciário) são obstáculos para que o político eleito realize suas mudanças ocorrendo um enfraquecimento da democracia em nome de decisões rápidas.

Em conformidade com Müller (2016) sobre o papel da constituição no populismo *“populism is inherently hostile to the mechanisms and, ultimately, the values commonly associated with constitutionalism: constraints on the will of the majority, checks and balances, protections for minorities, and even fundamental rights”* (Müller, 2016, Pp. 60)

Sob a tônica última de soberania popular o populismo se faz ativo, (MUDDE & KALTWASSER, 2017, pg. 10) se a democracia apresenta problemas a solução é a soberania popular, ou ela é reprimida pela elite, logo através da soberania popular, um poder absoluto, irrestrito e capaz de tudo, inclusive de ultrapassar outras bases da democracia como o respeito entre os poderes e o império da lei “rule of law”. É por meio da soberania popular que o povo é interpretado, e é através do populista que a soberania popular e a vontade geral se consolida.

É importante ressaltar que isso não é necessariamente uma questão de representação democrática. Os populistas reivindicam ser a verdadeira voz das pessoas, independentemente do número de pessoas que representam em termos de resultados eleitorais. Afinal, o status social e político da “vontade geral” não pode depender de um grande número de pessoas se manifestando espontaneamente. Quem determina sobre o que é a vontade geral são os

populistas (ÁDÁM, 2018, pg. 85)

Por fim, tem-se que o populismo nessa abordagem cumpre um dos principais requisitos no que se trata de conceptualização, diferenciar o populismo do não populismo, além de segundo Kaltwasser et al (2017) facilitar categorizações derivadas do conceito, tipos de populismo propriamente dito. É uma abordagem que permite comparações entre países, uma vez que não restringe contexto regional ou histórico específico, facilitando diversos estudos sobre o tema.

Sumarizando a abordagem ideológica, temos um núcleo composto de uma ideologia estreita e flexível, um “povo” afirmado e articulado externamente pela figura do populista, uma elite associada a qualquer oposição política que faça o populista adquirir capital político e uma vontade geral homogênea sem intermediadores que é executada seguindo uma lógica autoritária.

Há a discussão de que o populismo seria a anti-política, afinal o espaço público é inexistente, não ocorre negociação sem concessão, tão pouco garantias sobre que medidas serão tomadas e seus procedimentos (MUDDE & KALTWASSER, pg. 19, 2017). Certamente uma ideologia populista não possui um conjunto de textos fundamentais, os líderes populistas em questão não produziram artigos tão pouco ensaios sobre sua teoria populista o que dificultaria uma definição mais distinta (DE LA TORRE, 2019 pg. 7 apud MOFFITT 2016).

4.2 Populismo como estilo político

Adicionalmente a essa proposta teórica para estudar o populismo Moffitt (2016), traz outra perspectiva, se a abordagem teórica anterior não prova descrever o fenômeno em sua totalidade, é necessário então lê-lo pelo prisma da performance.

O termo estilo político, remonta os artigos da década de 1980, em que Canovan (1984) une todos os populistas não pela sua política, mas por sua retórica, em que o populismo é uma questão estilo, não de substancia (CANOVAN, 1984, pg. 314 apud MOFFIT, 2016, pg. 36.). O “estilo” esta muito mais próximo de uma embalagem, ou de uma forma, não é apenas a ideia de povo e sim como o líder se dirige ao povo em uma embalagem democrática e simples.

O estilo ultrapassa a dimensão linguística e assume aspectos da comunicação como um todo, é uma maneira de se fazer política que leva em conta a mentalidade das massas. A performance encontra em fazer populismo e não apenas ser populista.

Entram em cena vestuário e costumes, política como palco e propaganda, populismo

como forma específica de expressão. O termo estilo, em estilo político mesmo que amplo, denota pelo menos duas coisas segundo Moffitt (2016), a primeira é um padrão, um ordenamento com características similares, a segunda é estilo em oposição a essência ou substância, isso significa aparência, assim como no mundo da arte, um estilo impressionista possui uma aparência distinta, como foi a representação e não o que foi representado nele (MOFFITT, pg. 38, 2016).

A partir desse entendimento e do desenvolvimento do conceito por outros autores Moffitt (2016) une as concepções do conceito que era entendido como retórico e como estético e propõe uma nova formulação do que é estilo político, em suas palavras “*the repertoires of embodied, symbolically mediated performance made to audiences that are used to create and navigate the fields of power that comprise the political, stretching from the domain of government through to everyday life*”¹⁴(MOFFITT, 2016, pg. 42). Segundo o autor é uma definição útil, pois engloba todo tipo de linguagem possível e todas as imagens de representação política, dramaticidade e ação simbólica.

O populismo pode ser pensado como estilo político por meio de seus líderes, se não há consenso sobre o que o populismo é, os populistas são geralmente os mesmos na literatura, a partir disso, estabelece um denominador comum do que todos eles compartilham, seu estilo político.

Os populistas incorporam o populismo, e as características desse estilo incluem a divisão dicotômica da sociedade em “povo” e “elite” e como visto anteriormente e esse aspecto se mantém no estilo político, esses dois núcleos podem assumir diversos formatos e podem ser projetados, inclusive em minorias como imigrantes, entretanto essa minoria estará atrelada a elite, “a elite favorece eles ao invés do povo”.

Moffitt (2016) traz sua novidade conceitual, as “más maneiras” em contraposição ao politicamente correto, os populistas não se importam com o “apropriado” e com bons costumes, fazendo-se valer de gírias e palavrões, subversivos gerando comoção, destacando-se e afastando-se do padrão tradicional de polidez e seriedade dos políticos “comuns”.

Por sua vez o estilo político é o responsável por afastar o populista do *establishment* mesmo assumindo o poder, para conferir atenção e proximidade ao povo é importante um *dress code* e uma postura que desvie dos políticos tradicionais.

Outro denominador comum é a crise, o colapso e ameaça, o populismo é

¹⁴ O repertório da performance mediada simbolicamente e incorporada para a audiência criada para navegar os campos do poder incluindo o político estendendo o domínio do governo para o dia a dia (tradução nossa).

particularmente perceptível de crise e de induzir a mesma no imaginário coletivo, sendo a especialidade do populista agir o mais rápido possível, não se advoga por negociações nem soluções lentas, as causas são simples e a emergência é real e todo instrumental do governo atrapalha na visão do populista (MOFFITT, pg. 48, 2016).

Finalmente tendo compreendido esses pontos o populismo, segundo Moffitt (2016) é *“a political style that features an appeal to ‘the people’ versus ‘the elite’, ‘bad manners’ and the performance of crisis, breakdown or threat”*¹⁵(MOFFITT,2016, pg. 49). E a vantagem analítica dessa definição são variadas.

Dentre elas, não estar preso a nenhuma estrutura, podendo ser utilizado dentro ou fora da estrutura partidária, pode ser utilizado em diversos contextos independente de orientação política do ator envolvido, principalmente pode ser aplicado a uma área cinzenta em que uma definição binária, como a ideológica, não alcança. O estilo populista é capaz de simplificar um “programa” de governo em uma única sentença ou ação, com o objetivo de atingir a maior audiência possível.

Outra implicação dessa definição é que o coração vazio, ou “thin-centered”, é o estilo, esse espaço previamente não definido, integra a superfície do estilo político que as outras abordagens teóricas não capturam, é portanto possível pensar a partir disso em mecanismos de como o populista faz o que faz.

Essas contribuições serão úteis para a compreensão do trabalho no seguinte sentido, populismo definido como ideológico possui as características necessárias para enquadrar e identificar o fenômeno, populismo como estilo político é capaz de preencher os aspectos informais do populista “suas más maneiras” complementando suas ações para além dos discursos e leis, é a propaganda e postura perante o público.

Em conformidade com Nadia Urbinati (2019) a união dessas duas abordagens se mostram suficientes para responder a pergunta “o que é populismo?”

4.3 Populismo e polarização

De acordo com autores expoente do tema Canovan (2002), a concepção de “decisão pela maioria” e “soberania popular” constituem um paradoxo dentro da democracia, pelo fato de ser um sistema político complexo e altamente inclusivo, lhe falta transparência. A

¹⁵ Um estilo político que apresenta um apelo “ao povo” versus “uma elite”, “más maneiras”, e a performance da crise, colapso ou ameaça (tradução nossa).

acessibilidade não se traduz em interesse político e conhecimento, abrindo espaço para líderes simplificadores e facilitadores da resolução de problemas políticos, sendo assim não haveria democracia sem elementos do populismo.

O populismo nesse sentido possui o apelo de legitimidade democrática por mobilizar e construir uma maioria, mesmo que para isso exclua o cidadão do poder de maneira autoritária.

A estratégia populista aproveita-se da polarização para conquistar a maioria eleitoral e se perpetuar no poder, a polarização em si vulnerabiliza a democracia e trás riscos a coesão social. Por meio de McCoy, Rahman & Somer (2018) é possível identificar um padrão de comportamento dos grupos citados nas abordagens teóricas o “povo” e a “elite” nesse processo onde ocorrem divisão e acirramento de diferenças, com uma dinâmica semelhante independentemente do contexto dos grupos em si.

Estratégia populista significa estratégia específica empregada por atores políticos que desejam ter o controle não mediado e direto de seus apoiadores, nessa abordagem a figura do líder carismático tem bastante relevância. Uma definição estratégica de populismo é *“political strategy through which a personalistic leader seeks or exercises government power based on direct, unmediated, uninstitutionalized support from large numbers of mostly unorganized followers”*¹⁶(WEYLAND, 2001, pg. 14 apud DE LA TORRE, 2019, pg. 47)

Concentração de poderes no executivo, repressão de discursos dissidentes, reduzir a complexidade da democracia, esvaziamento institucional, fraudar eleições, fazem parte do repertório da estratégia populista. A crise da representatividade é contornada e solucionada pela execução direta da vontade geral e pela figura do líder populista (URBINATI, 2014 apud DE LA TORRE, 2019, pg. 24).

Outra estratégia para não aparentar ser um líder tão personalista e centralizador e de fato ser uma “voz” do povo, é se tornar um líder plebiscitário, reafirmar a soberania popular e justificar políticas públicas por meio de pesquisas de opinião (MUDDE & KALTWASSER, 2017, pg. 79). Paradoxalmente quem se torna mais poderoso e com mais autonomia não é povo e sim o líder.

Por mais que seja difícil de mensurar o atributo “carisma” ele é identificável com certa facilidade e sempre atribuído por terceiros, o carisma tem importância para organizar e angariar

¹⁶ Estratégia política pela qual um líder personalista almeja ou exerce o poder de governo baseado no suporte não mediado e não institucionalizado de grandes números de apoiadores desorganizados (tradução nossa).

os apoiadores, pois se o populismo é contra hierarquia institucional e abraça manifestações espontâneas do povo autêntico, somente com um líder articulado em sua retórica é possível viabilizar esse apoio de forma proeminente no cenário político.

Para os propósitos de estudo e compreensão deste trabalho, definimos polarização como a divisão política dentro de um país, uma divisão relativa de valores e perspectivas políticas entre partidos diferentes e a população. Quanto mais distante é a relação dos valores políticos, maior a polarização.

A coesão social está em risco quando a polarização “cristaliza” e radicaliza as diferenças e identidades dos grupos de maneira antagônica, (Mccoy, Rahman & Somer, 2018, pg. 18, apud Baldassari & Gelman, 2008) temos que a polarização analisada nesse ponto tem como efeito a definição semelhante a de populismo como estratégia política.

Ademais pela literatura estudada tem-se que, eleitores em ambiente polarizado tendem ao passar do tempo, terem um viés maior de validação dos partidos, mais dificuldade de trocar de voto, mantendo suas opiniões (Druckman, Peterson, And Slothuus 2013; Smidt 2017; Vegetti 2014 apud vegetti 2018, pg.79).

Quando agravada, a polarização pode superar a esfera política atingindo a coexistência pacífica dos grupos, afetando seu estilo de vida (Lozada, 2014; Mccoy & Diez, 2011 apud Mccoy, Rahman & Somer 2018 pg. 19), a percepção de alinhamento ideológico dos grupos é cada vez mais distante e em última instância a própria concepção de nação esta em jogo.

A literatura estudada indica que teorias do campo da psicologia social reforçam o papel de lealdade e pertencimento dentro de um grupo, busca-se homogeneização e empatia e como consequência desse processo a estereotipização do outro que não pertence a essa filiação (S. Greene, 1999; Iyengar ET AL., 2012; Lupu, 2015; Tajfel, 1970; Tajfel & Turner, 1979 apud Mccoy, Rahman & Somer 2018). De acordo com Mccoy, Rahman & Somer (2018) esse processo é identificado em sociedades polarizadas.

Diferenças acentuadas e percepção de antagonismo gera menos cooperação e apoiadores de um governo que se identificam como parte do grupo, no caso “o povo” podem tolerar práticas iliberais em favor de uma identidade auto interessada. (MCCOY, RAHMAN & SOMER, 2018, pg. 26).

O populismo se torna verdadeiramente dinâmico quando passa a partir de uma narrativa a explorar emocionalmente esses pontos de tensão da sociedade, como traumas coletivos e a percepção de crise, injustiça e traição (Albright, 2018; Ditto & Rodriguez apud FORGAS & CRANO, 2021, pg. 222.). Ou de maneira sintética o “populismo pode afetar

qualquer um que esteja, com medo, com raiva ou descontente” (VAN REYBROUCK, 2010: 16 apud GLIED, 2020, pg. 28,).

Mensagens políticas feitas repetitivamente glorificando o grupo nacional, não dissociando valores políticos de nacionalidade, com o tempo de fato esses valores permeiam a sociedade e o debate público, que é moldado pelo populista, a mentalidade como grupo é especialmente manipulável por um populista (Kovach, 2020, in Illés, 2020 apud Forgas & Crano, 2021, pg. 226). Principalmente quando o objetivo é intensificar e despertar as emoções, não se incentiva a busca por dados objetivos nem a análise e sim a interpretação e transformação da verdade, entram em cena *Fake News*, meias verdades, teorias da conspiração (GLIED, 2020, pg. 28).

4.4 Declínio democrático

Fukuyama (1992) decretou o fim da História em um contexto em que fazia sentido dizer isso, um mundo essencialmente homogeneizado pelo neoliberalismo em 1990 em que não haveria outro modelo que não o regime democrático, entretanto o que dá indícios de esgotamento não é a História e sim a própria democracia.

Inicialmente iremos caracterizar a democracia como um regime representativo, ou seja, não é exercida por um soberano diretamente, como um Rei. Além disso a democracia moderna não é direta, como na Grécia antiga, devido o tamanho e complexidade dos Estados modernos os cidadãos devem escolher ou eleger um *representante* capaz de tomar decisões complexas, e durante muito tempo a principal luta e conquista foi ampliar a cidadania por meio do sufrágio universal, ampliando a democracia.

A partir disso segundo os teóricos elitistas, uma vertente do realismo político, representado principalmente por Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, todos os regimes são governados por uma “elite”, um grupo restrito de indivíduos que formam uma minoria qualificada e organizada, a democracia representativa moderna é um tipo de elitismo, por esse pensamento.

O elitismo democrático, em conformidade com Joseph Schumpeter (1984), tem na democracia o melhor regime em relação as outras opções por conta da competição e do procedimento eleitoral permitindo o pluralismo, sendo o prêmio o voto popular, o povo *aprova* o governante, o povo em si não pode realmente governar. Além disso, é o regime político que permite a existência de conflito, pois tem a capacidade de solucioná-los de maneira pacífica.

Naturalmente, mesmo essa visão minimalista e procedimental da democracia sem participação plena dos cidadãos se encontra em risco, é importante ressaltar que de acordo com Lipset (1959), para uma democracia ser estável ela precisa cumprir requisitos, principalmente desenvolvimento econômico, sem uma economia desenvolvida a democracia perde importantes bases de apoio e legitimidade. É nesse cenário que os autores encontram a problematização da questão do populismo e do declínio democrático e seus desdobramentos em diferentes ênfases e destaques.

A figura do líder político populista encontra terreno fértil em meio à crise multifacetada, trazendo uma simplificação rasa da realidade, pertencimento a um grupo e o rumo a uma solução. Essa solução encontra espaço principalmente no seio das redes sociais, em que muitos sujeitos e discursos antes marginalizados encontram espaços e receptores para proliferar. O discurso populista é essencialmente poderoso em meio ao declínio democrático, como propõe Castells

Em todas as sociedades, os setores sociais mais vulneráveis são os que reagem, movidos pelo medo, a mais poderosa das emoções, e se mobilizam em torno daqueles que dizem aquilo que o discurso das elites não lhes permite dizer. Daqueles que sem rodeios articulam um discurso xenófobo e racista. Daqueles que apelam para a força do Estado como forma de resolver as ameaças. Daqueles que simplificam os problemas mediante a oposição entre os em cima e os em baixo. E daqueles que denunciam a corrupção imperante em todo o canto, embora em muitos casos eles e elas façam parte da mesma corrupção. (CASTELLS, 2018, pg. 37)

O entendimento de Castells sobre a crise democrática e o populismo dá destaque ao *refúgio*, no sentido de a última organização social na qual o sujeito busca proteção, o Estado Nação, em meio a uma conjuntura em que os eleitores não encontram mais respostas, tanto nos eleitos quanto nas políticas produzidas, o populista se aproveita do sentimento nacionalista e ativa-o para mobilizar e caracterizar “o povo”:

O TEMOR DA GLOBALIZAÇÃO incita a buscar refúgio na nação. O medo do terrorismo predispõe a invocar a proteção do Estado. O multiculturalismo e a imigração, dimensões essenciais da globalização, induzem o chamamento à comunidade identitária. Nesse contexto, a desconfiança nos partidos e nas instituições, construídos em torno dos valores e interesses de outra época, deriva em uma busca por novos atores políticos nos quais seja possível crer. Em todas as sociedades, os setores sociais mais vulneráveis são os que reagem, movidos pelo medo, à mais poderosa das emoções, e se mobilizam em torno daqueles que dizem aquilo que o discurso das elites não lhes permite dizer. Daqueles que, sem rodeios, articulam um discurso xenófobo e racista. Daqueles que apelam para a força do estado como forma de resolver as ameaças. Daqueles que simplificam os problemas mediante a oposição entro o em cima e o embaixo. E daqueles que denunciam a corrupção imperante em todo o canto, embora em muitos casos eles e elas façam parte dessa mesma corrupção (CASTELLS, 2018, p. 29)

Pierre Rosanvallon (2018) discorre que a crise da democracia não se limita a crise de

representatividade da democracia, não é exclusivamente a causa desse declínio, tão pouco são os líderes populistas por si só, o diagnóstico de Pierre vai em direção, do papel democratizante da eleição e principalmente do seu baixo desempenho em realizar isso.

Não é mais possível segundo o autor, a eleição cumprir esse papel democratizante, em partes pela complexidade da sociedade do séc. XIX, em partes por conta de o resultado da eleição ser governo nacional lidando com crises de ordem global, e o próprio mecanismo de maioria como critério de decisão da eleição.

Essa aproximação [da ideia de maioria com a ação do governante eleito] fez esquecer que a democracia eleitoral repousava sobre algo que é da ordem de uma ficção, no sentido jurídico do termo. O problema é que essa ficção tem se tornado cada vez mais problemática, por uma razão decisiva: o próprio termo «maioria» não possui mais o valor simbólico e prático de outrora. Embora permaneça perfeitamente definido aritmética e juridicamente, em termos sociológicos não ocorre o mesmo. O interesse do maior número não é tão facilmente assimilado como no passado ao de uma maioria. O «povo» não é mais apreendido como uma massa homogênea, e sim como uma sucessão de histórias singulares, uma somatória de situações específicas. (ROSANVALLON, 2018, pg. 153)

O declínio, sobretudo ocorre de dentro da democracia. Castells diz que o sistema político e eleitoral funciona de maneira autônoma em relação aos cidadãos votantes, a democracia liberal, segundo o autor é muito mais do que apenas instituições, ela ultrapassa os limites institucionais estabelecidos, com debates e argumentação ativa. Entretanto, a conjuntura que levou à crise, ou melhor, à ruptura entre governantes e governados, gera desconfiança dos partidos e das instituições e isso leva o medo à sociedade. A partir desse medo ocorre um resgate de valores originais do Estado, o que abre espaço para novos líderes políticos, é a partir da crise de 2008 que o populismo atual floresceu tanto.

Mais relevante é investigar algumas das causas pelas quais a separação entre representantes e representados se acentuou nas duas últimas décadas, até chegar ao ponto de ebulição da rejeição popular aos que estão lá em cima, sem distinções. Algo que, do ponto de vista do establishment político e midiático, é pejorativamente denominado populismo, porque são comportamentos que não reconhecem os viesados canais institucionais que se oferecem para a mudança política. (CASTELLS, 2018, pg. 14)

É um cenário oposto ao visto durante a chamada “era de outro do capitalismo” o regime democrático obteve êxito, a vitória da democracia liberal não foi somente no campo de batalha, mas também uma vitória econômica que permitiu que seus cidadãos usufruíssem uma vida prospera, ao contrário das regiões com regimes alternativos.

Nos países onde a tradição de governos representativos estava estabelecida havia muito tempo, ela era aceita não só porque os sistemas alternativos pareciam ser piores, mas também porque, ao contrário do que ocorrera na terrível era das guerras e das catástrofes econômicas mundiais, muito poucas pessoas sentiam a necessidade de um sistema alternativo – particularmente em uma era de prosperidade geral, que melhorou

as condições de vida até dos pobres, e de sistemas robustos de bem-estar social. (HOBSBAWN, 2007, p. 101)

Mounk (2019) corrobora nesse sentido, em que a relação entre democracia e o liberalismo, não é óbvia, teríamos, portanto, “democracia sem direitos”, em que a maioria decide por leis anti-imigração como uma forma de defender seu emprego e espaço social e “direitos sem democracia” em que instituições que sem a possibilidade de consulta, produzem políticas que afetam a vida de todos. Governos populistas, tanto pela esquerda quanto pela direita, estariam corroendo as bases da democracia por dentro da própria democracia, respaldando políticas autoritárias por meios eleitorais e legais.

Nesse trabalho a questão da democracia e do populismo pode ser encarada de duas formas. A primeira em consonância com os autores Manuel Castells (2018) com *Ruptura* e Chantal Mouffe (2015) *Sobre o político*, dentre outros enxergam na democracia liberal falhas e defeitos intrínsecos, o declínio é estrutural e o populismo por sua vez nessa abordagem é um subproduto do declínio, e um dos principais culpados são as falhas do sistema econômico.

Outra abordagem já em sintonia com os autores das obras: *Como a democracia chega ao fim*, de David Runciman (2018); *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018); *O povo contra a democracia*, de Yascha Mounk (2019), dentre outras analisa que o populismo é o principal culpado e seus efeitos são o declínio democrático, de qualquer forma o tema populismo é central para a compreensão desse estudo, e agora não mais um problema teórico e acadêmico e entendemos que ainda não há consenso analítico sobre o caso, mesmo assim o presente trabalho pretende enquadrar-se nesse segundo grupo.

Recorremos novamente a Mudde (2015), discorrendo que a relação do populismo com a democracia possui elementos positivos e negativos, sendo eles a exposição de temas que normalmente não são evidentes no debate público, o ponto negativo é justamente que esse debate é um monólogo moralista, tendência que se intensifica segundo a autora, quando o populista está no poder.

A rejeição do pluralismo por meio do populista, enfraquece e desmoraliza a oposição política, se possível retirando sua legitimidade, outro efeito da rejeição do pluralismo pelo populismo seria o inerente declínio do sistema democrático em si, pois como visto em Schumpeter (1984), o pluralismo é componente fundamental da democracia, a dissidência de opinião faz parte da democracia, já o populista encara a dissidência com desconfiança.

5. A ASCENÇÃO DE VIKTOR ORBÁN E O DECLÍNIO DEMOCRÁTICO

Viktor Orbán nasceu em 1963 na cidade de Székesfehérvár, interior da Hungria. Com a queda do regime socialista no horizonte obteve iniciativa e liderança ao ser um dos membros fundadores do FIDESZ, em 30 de março de 1988. Uma organização política jovem independente, que desde sua concepção se opôs ao regime em vigor e a sua contra parte socialista a (KISZ) *jovem liga comunista*.

Os jovens que fundaram o FIDESZ eram compostos por um grupo de universitários do interior formados em Budapeste de viés liberal durante a transição democrática, seus membros incluíam juristas, economistas, estudantes e professores em início de carreira, porém a carreira dos membros foi eclipsada pela vida política e a oportunidade de ingressar o novo governo.

O início da trajetória do partido FIDESZ é marcado por uma retórica ativa e agressiva, primeiramente contra o KISZ e posteriormente contra o regime socialista. O FIDESZ é um partido de núcleo consolidado e centralizado em Orbán, nos últimos 32 anos de partido seu núcleo está praticamente intacto, atualmente esse núcleo integra parcelas influentes dentro do governo de Orbán, incluindo o primeiro ministro e presidente.

Com a chegada no poder em 1998 () analisa a escalada de escala e poder de um movimento estudantil de jovens do interior para o governo nacional como uma clara expressão de escalada social, na qual observa em Orbán um exemplo claro de características psicológicas e sociais de um “escalador social”

very strong new personal identity, which paradoxically covers their weakness: it is indeed a self-armour. It is characterized by self-restraint and the hetero-and auto-aggressive qualities of influencing their environment. Achievement itself is a narcissistic shell. It is difficult to be in contact with these people. They are smart, precise, arbitrary, irritable and irritating. This is how they are able to carry on amidst constant resistance. They live in a fever of ruthlessness, outwardly as well as inwardly
pg 354

O primeiro governo de Orban (1998-2002) focou em manter sua base de votos heterogênea, entretanto seus discursos radicais de uma “segunda revolução”, com mudanças constitucionais mais incisivas e mudança agressiva de regime indo em direção a um estado mais liberal, ficou apenas no campo retorico. Orban também exerceu papel central dentro do partido, é o líder desde 1993 até o presente momento, esse ano também data a primeira mudança de orientação política que Orban executa em sua postura, passa de liberal à conservador, de viés nacionalista étnico.

Em 2003 monopolizou o poder de decisão dentro do partido, possuindo poder de veto absoluto, tornando-se líder incontestável. Assumindo o poder pela segunda vez em 2010 e tendo maioria no parlamento, por (), um populista no poder tem grande interesse em consolidar-se no poder e uma vez no Estado, realiza mudanças constitucionais que lhe favoreçam, a constituição da Hungria também passa a ser instrumento de legitimidade e retórica para definição de povo.

Por meio da constituição, o populista pode literalmente reivindicar a concepção e definição de “povo” que mais lhe for útil, o povo como Comunidade imaginada de “povo unificado”, no caso de Orbán a lei fundamental dispõe “nós, membros da nação húngara”. Em oposição a uma ideia de indivíduos heterogêneos e grupos plurais com diversos interesses. Orbán realizou essas mudanças com prerrogativa de extinguir estruturas pós comunistas, entretanto há um claro favorecimento do coletivo em detrimento do indivíduo

Assim também é possível verificar o interesse nessa fala de Orbán sobre a nova constituição, “*não havia compulsão, entretanto, havia necessidade*” para uma nova constituição. Orbán responsabilizou o sistema constitucional vigente em 2010 pelo atraso social da Hungria e ineficiências que o país possuía. E realizou uma constituinte mesmo que não houvesse previsão desse movimento em suas campanhas eleitorais.

*the old constitution was incapable of defending the wealth of the country and indebted the future of Hungarians ... it did not defend competition, and the Hungarian economy was dominated by monopolies and cartels, and the previous constitution did not defend the environment ... and it did not defend civil liberties, as it did not protect civilians against the abuses of the police.*⁸

lista 1: emendas constitucionais na lei fundamental da Hungria até 2019 (CSEHI, 2021, pg. 58 – 64)

1ª emenda (18 de junho de 2012) – estabelece que regras de remuneração do presidente da República deve ser realizada por lei cardinal (lei ordinária de maioria simples).

2ª emenda (9 de novembro de 2012) – sobre legislação eleitoral (anulada)

3ª emenda (21 de dezembro de 2012) – estabelece que regulamentação sobre terra arável e florestas devem ser realizadas por lei cardinal

4ª emenda (25 de março de 2013) - 1 especifica a base da família. 2 da ao presidente o direito de requisitar uma análise sobre uma lei que afeta a lei fundamental (constituição). 3 sobre crimes comunistas. 4 sobre a igreja. 5 regulamenta sobre propaganda política, especificando que a liberdade de expressão não deve ferir ou violar a dignidade da Nação Húngara. 6 prerrogativa do governo de supervisionar e administrar instituto de ensino superior. 7 condicionantes do financiamento de institutos de educação superior. 8 dar as administrações

locais o direito de declarar “sem teto/morador de rua” o status de ilegalidade. 9 dispõe que nacionalidades devem ser votadas em lei cardinal. 10 criação da guarda parlamentar. 11 dispõe sobre poderes do presidente da república sobre a constituição. 12 competências da corte constitucional. 13 criação do Escritório Judicial Nacional. 14 transferência de julgamentos. 15 competências da administração pública. 16 sobre eleições locais. 17 disposição sobre novo imposto caso dívida internacional supere mais que 50% do PIB. 18 mudanças de termos. 19 revogação de mudanças anteriores a nova constituição. 20 mudanças diversas. 21 mudanças de termos. 22 mudanças em vigor.

5ª emenda (26 de setembro de 2013) – 1 sobre comunidades religiosas. 2 sobre propagandas políticas. 3 sobre a eleição do presidente do Escritório Judiciário Nacional. 4 sobre o cálculo da dívida nacional. 5 sobre o Banco Nacional. 6 mudança de termos. 7 anulações. 8 mudanças em vigor.

6ª emenda (7 de junho de 2016) – 1 sobre a introdução do “Estado de Ameaça Terrorista”

7ª emenda (28 de junho de 2018) – 1 emenda da Declaração Nacional. 2 o ingresso na UE não deve limitar o direito da Hungria determinar sua união territorial, população e forma de governo e estrutura estatal. 3 proteção da identidade constitucional e valores cristãos da Hungria devem ser obrigatórios em todos os órgãos estatais. 4 sobre a proteção legal e tranquilidade das casas. 5 proibição de assentamentos de população estrangeira em território nacional. 6 criminalização dos “sem teto/moradores de rua”. 7 sobre cortes administrativas. 8 quando interpretando a Constituição ou leis, deve-se presumir seus propósitos morais e econômicos em acordo com o senso comum e o bem comum. 9 sobre a participação da força policial em conter a imigração ilegal. 10 sobre cortes administrativas. 11 mudanças de termos. 12 mudanças em vigor.

8ª emenda (10 de dezembro de 2019) – anulação de cortes administrativas.

As emendas constitucionais realizadas não apenas dispõem sobre quem é o “povo” húngaro, como também sobre quem está excluído, notavelmente os moradores de rua, em favor da ordem pública, segurança e saúde.

Destacando a 4ª emenda, ocorre um desequilíbrio entre a oposição e a situação no que diz respeito a propaganda política, enquanto os partidos de oposição possuem torno de cinco minutos para divulgar suas propostas, o partido de Orbán, possui os mesmos cinco minutos e os constantes noticiários de atividades do governo, o que em última instância também compromete a soberania popular, limitando as escolhas do eleitorado.

De maneira breve o autor Klauss Larres (2021) diz que o poder político da Hungria está baseado em manobras políticas e econômicas, não há uma liderança intelectual ou uma ideologia clara, o regime divide a oposição e neutraliza os oponentes por meio das manobras citadas, tendo apoio dos lealistas do partido. Com a pandemia da COVID-19, Orban introduziu medidas extraordinárias de segurança, levando o país cada vez mais em direção de um regime autoritário (LARRES, 2021, pg. 361)

De maneira geral a legislação cumpre três propósitos em um governo populista, primeiro define e cristaliza a definição de povo, como visto anteriormente por meio da constituição. Segundo, a legislação é capaz de maneira objetiva criar clivagens sociais e vantagens entre grupos dividindo-os, notavelmente entre a “elite” e o “povo”, fortalecendo ou criando conflitos de ordem socio-economica. Terceiro, as leis propostas são justificadas independente de fim por meio da “vontade do povo” é uma extensão concreta da vontade popular que o populista diz capaz de representar.

Oposição oriunda de organização não governamentais da população civil são particularmente problemáticas para um populista no sentido que mina as declarações de “povo” unificado e de representante único da voz da vontade popular, entre outras implicações relacionadas a pluralidade da sociedade civil, por essa razão populistas de maneira geral tem interesse especial em regulamentar essas organizações. Não é diferente com Orbán.

Após perder as eleições de 2002, Orbán iniciou a construção da sua própria rede de apoio na sociedade civil, uma forma de manter unidade dentro do partido e angariar novos filiados, denominado círculos civis

Após assumir o poder pela segunda vez em 2010, Orbán regulamentou essas organizações não governamentais pela “lei não lucrativa” de 2012 e pela lei do novo código civil de 2013, são leis que influenciam no sentido de transparência do financiamento das organizações e da origem do dinheiro delas, entretanto organizações religiosas, de esporte e nacionalistas não se enquadram nessas leis.

I wouldn't call them “civil society” organizations, as here in Hungary that means something else. He [George Soros] pays a network, thousands of people. They're activists – political workers in fact – and they're working towards the goals set by George Soros ... George Soros has supporters in Hungary, and there are some who want to see his program implemented, rather than one which the Hungarian people want¹⁷.(CSEHI, 2021, pg. 51)

¹⁷ “Eu não chamaria eles de organizações da “sociedade civil”, aqui na Hungria isso significa outra coisa, ele [George Soros] paga uma rede, milhares de pessoas, eles são ativistas – políticos profissionais – e eles estão trabalhando em função do objetivo definido por George Soros... George Soros tem apoiadores na Hungria, e ali

Em junho de 2018 mais uma lei entra em vigor chamada de “pare Soros¹⁸”, um alvo constante das críticas de Orbán, pois a figura de Soros reúne todas as características indesejadas da elite corrupta, estrangeiro culturalmente, rico e cosmopolita. A lei dispõe em termos vagos que qualquer organização que facilite ou providencie asilo e/ou assistência para imigrantes ilegais, serão punidos com uma multa especial.

As intervenções não ocorrem somente na direção de dificultar a operação das organizações rotuladas como “corruptas” ou “anti pátria” como também nas organizações que simpatizam com o governo. Na Hungria existe um fundo nacional civil, que é responsável pela distribuição de recursos para projetos de desenvolvimento e 2/3 da sua liderança era gerenciada por membros da sociedade civil, esse fundo foi substituído pelo fundo nacional de cooperação gerenciado majoritariamente pelo governo e com um orçamento menor, esse novo fundo é liderado pelo fundador do CÖF (Civil Összefogás Fórum) Fórum da união cívica, que organiza manifestações pró governo.

Estrutura legislativa de uma democracia muda de uma em que há o “império da lei” por uma com “império de leis” constringendo pela ilegalidade seus oponentes políticos, podando a oposição e suas possibilidades de manifestação. Uma legislação discriminativa de viés populista.

Com o Orban no poder as mudanças não ocorreram apenas no tocante de leis e da constituição, o próprio sistema de partidos também sofreu impacto desses dez anos de Viktor Orban no poder

Os dados do GPS (Global Party Survey) de 2019 indicam que o partido FIDESZ em uma escala de 0 a 10 em que 0 representa o respeito total à democracia e 10 respeito algum, pontuou 9.4, ficando atrás apenas do JOBBIK de extrema direita, enquanto os outros partidos pontuam na média 2. Os dados são pontuais e não é possível realizar uma trajetória histórica, entretanto o FIDESZ enquadra-se como um partido com pouco respeito as instituições e ao princípios democráticos.

há aqueles que desejam que ver seu programa implementado, ao invés de um programa que as pessoas da Hungria desejam”

Tradução nossa

¹⁸ George Soros é um investidor húngaro de origem judaica que nos últimos 30 anos atua como filantropo apoiando causas liberais e progressistas.

Os votantes do FIDESZ, por sua vez são mais satisfeitos com a democracia atualmente do que os eleitores de outros partidos de acordo com dados do European Social Survey Rounds 5 – 9, os eleitores da oposição ficam mais insatisfeitos dentro de um governo populista em que possuem pouca agência. Há também uma orientação mais a direita do FIDEZS a partir de 2010, tornando-se cada vez mais afastado do centro moderado, em outras palavras se radicalizando, o eleitorado húngaro por sua vez está tornando-se aos poucos menos progressista, principalmente quanto a imigração, inclusive eleitores de partidos de esquerda.

A mesma pesquisa indica ainda o que já era relatado há 30 anos, quando as negociações da mesa redonda ocorreram, a Hungria não possuía uma divisão política de partidos maduro de esquerda e direita e os debates não ocorreram na direção de pautas mais econômicas, o que se traduz na convergência de opinião do eleitorado quanto a essas questões atualmente. O eleitorado da Hungria de maneira geral é mais tolerante a ideias econômicas de direita, que domina as pautas governamentais, apoiando cada vez menos políticas de redistribuição de renda e diminuição da desigualdade, principalmente votantes do FIDESZ. Pg 119

Nesses últimos 10 anos ocorre uma tendência, uma clivagem que supera a dicotomia clássica entre esquerda e direita, na Hungria a clivagem é apesar de reduzida em escopo entre populistas e anti populistas, no que diz respeito a cultura e identidade, entretanto quando o assunto é política, os partidos e os eleitores tendem a direita.

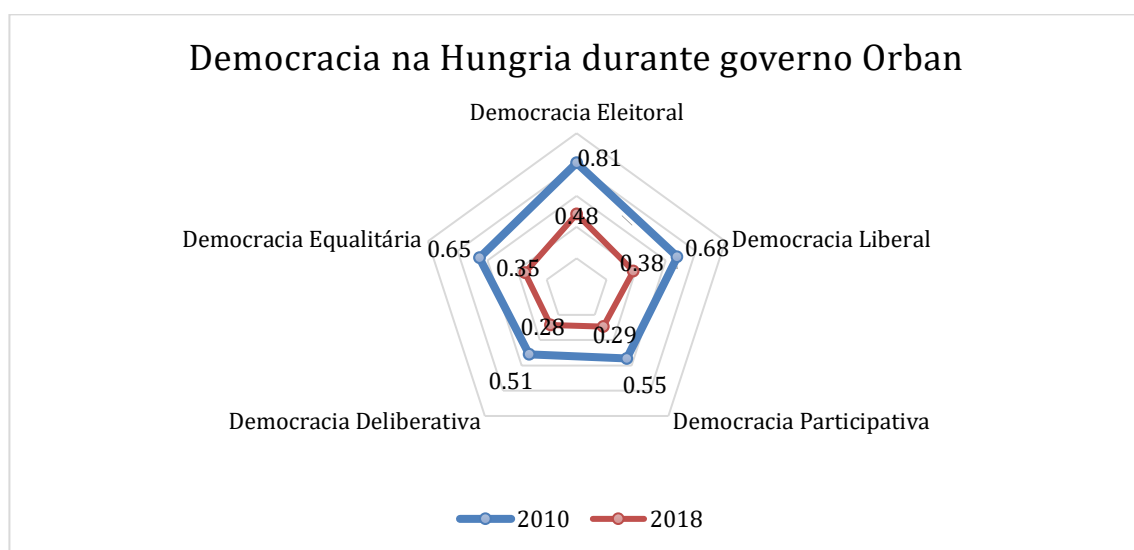
O declínio democrático na Hungria pode ser medido e existem muitas formas de medi-lo com suas vantagens e desvantagens, que dependem principalmente da metodologia e de como os dados são coletados e analisados, não é o proposito desse trabalho comparar as metodologias, e sim divulga-las, de maneira breve a trajetória dos indicadores que medem o desempenho e qualidade democrática da Hungria como um todo decorrente das transformações e mudanças que ocorreram durante o período do mandato de Orbán desde 2010.

O banco de dados do V-Dem permite uma análise de cinco grandes componentes de uma democracia funcional, esse banco de dados inclui outros índices, entretanto esses cinco são os mais robustos. O V-DEM utiliza uma escala de 0 a 1 em que 1 indica o mais democrático possível e 0 ausência de democracia.

Os cinco componentes fundamentais são: Democracia Equalitária, mede igualdades e direitos e igualdade na distribuição de recursos e acesso ao poder de diferentes grupos.

Democracia Deliberativa indica um aspecto ideal de democracia, mais precisamente respeito ao diálogo e debate público. Democracia Participativa mede o engajamento da sociedade civil na vida pública. Democracia Liberal mede o quanto as instituições democráticas e processos limitam o poder do governo. Democracia Eleitoral mede liberdade de expressão, liberdade de imprensa, se as eleições são justas e se ocorrem eleições.

Gráfico 3: índice geral da democracia da Hungria (V-DEM)



FONTE: V- Dem data versão 9.0

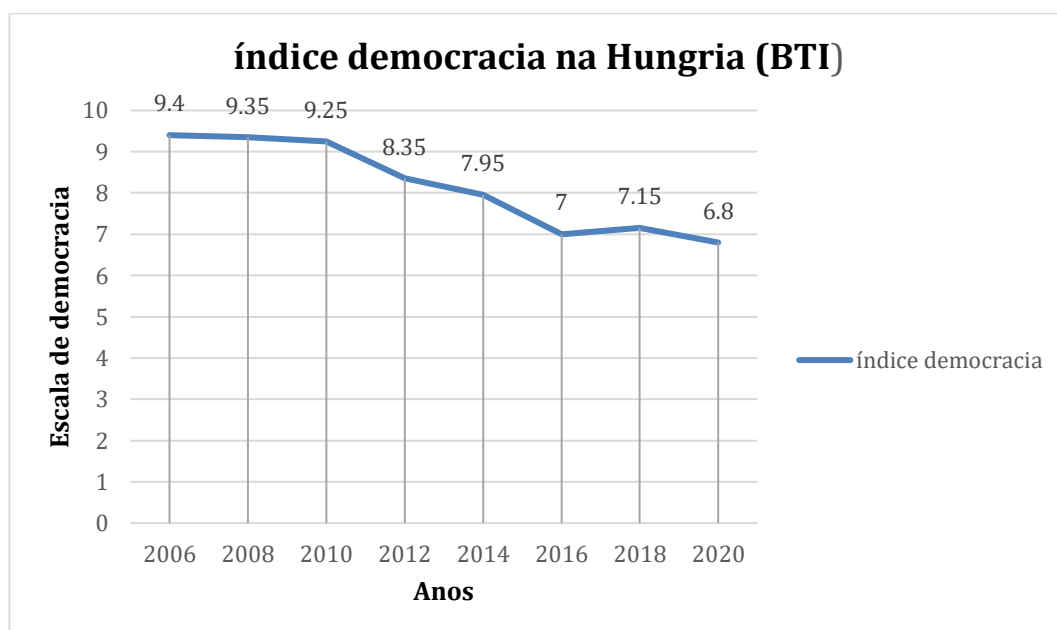
Através do gráfico é possível observar um declínio gradual e constante da democracia na Hungria, com uma mudança notável de status entre 2010 e 2018. A democracia em 2010 tinha mais qualidade e perdeu valor em 2018, em outras palavras, durante o governo Orbán, a democracia entrou em declínio.

Houve ainda uma redução geral em todos os aspectos da democracia que o V-DEM mede, por mais que um populista diga que é a voz e representante da soberania popular, não é isso o que os dados mostram, pode-se dizer ainda que o sistema democrático como um todo regrediu.

Há outros índices que também medem a queda da democracia na Hungria como o índice BTI, ou Bertelsmann Transformation Index, que produz relatórios a cada dois anos, mede a abertura do regime e abertura econômica do país, a escala é fruto de uma média simples de

cinco subcategorias que são: participação política (eleições e liberdade de expressão), estaticidade (administração básica), Estado de direito (direitos civis e divisão de poderes), estabilidade das instituições democráticas (aceitação popular da democracia) e integração política e social (normas democráticas).

Gráfico 4: democracia na Hungria (BTI)

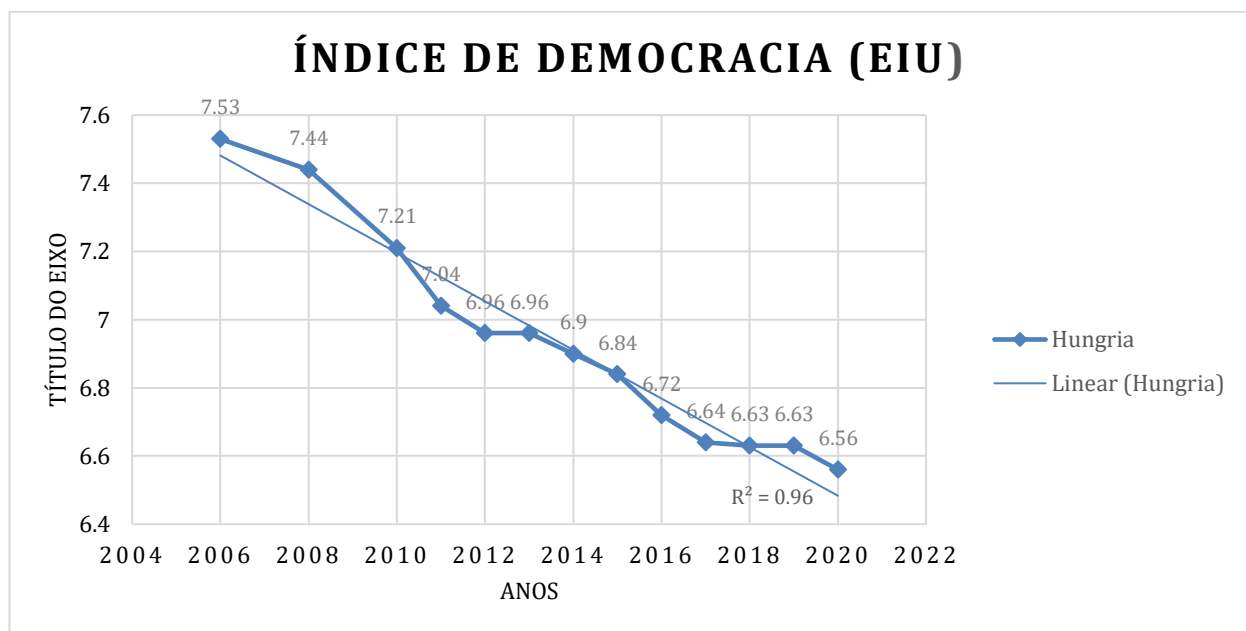


Fonte: Transformation index BTI 2020

O gráfico BTI, também demonstra uma queda na democracia da Hungria, destacando dois períodos em específico em que as quedas foram mais evidentes. O intervalo de 2010 a 2012, quando Orbán assume e realiza a nova constituinte com consulta inexistente, e no intervalo de 2014 a 2016 quando as mudanças no sistema eleitoral ocorrem e mais uma vez, Orbán é eleito e constitui maioria no parlamento. Além disso é possível notar que antes de Orbán assim o índice manteve-se estável, com uma pequena variação após 2008, não há dados referente a Hungria antes de 2006 e o índice é criado em 2003.

O Economist Intelligence Unit publica o Democracy Index a cada dois anos, semelhante ao BTI que sintetiza uma escala fruto de média simples que vai de 0 a 10 em cinco subcategorias, possui o diferencial de medir cultura democrática, um índice que visa medir uma democracia mais pluralista, estendendo para confiança do sistema como um todo. Os índices que compõe a media simples são: processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionalismo do governo, participação política e por último, cultura democrática.

Gráfico 5: democracia na Hungria (EIU)



Fonte: Economist Intelligence Unit (2020). Democracy Index 2020

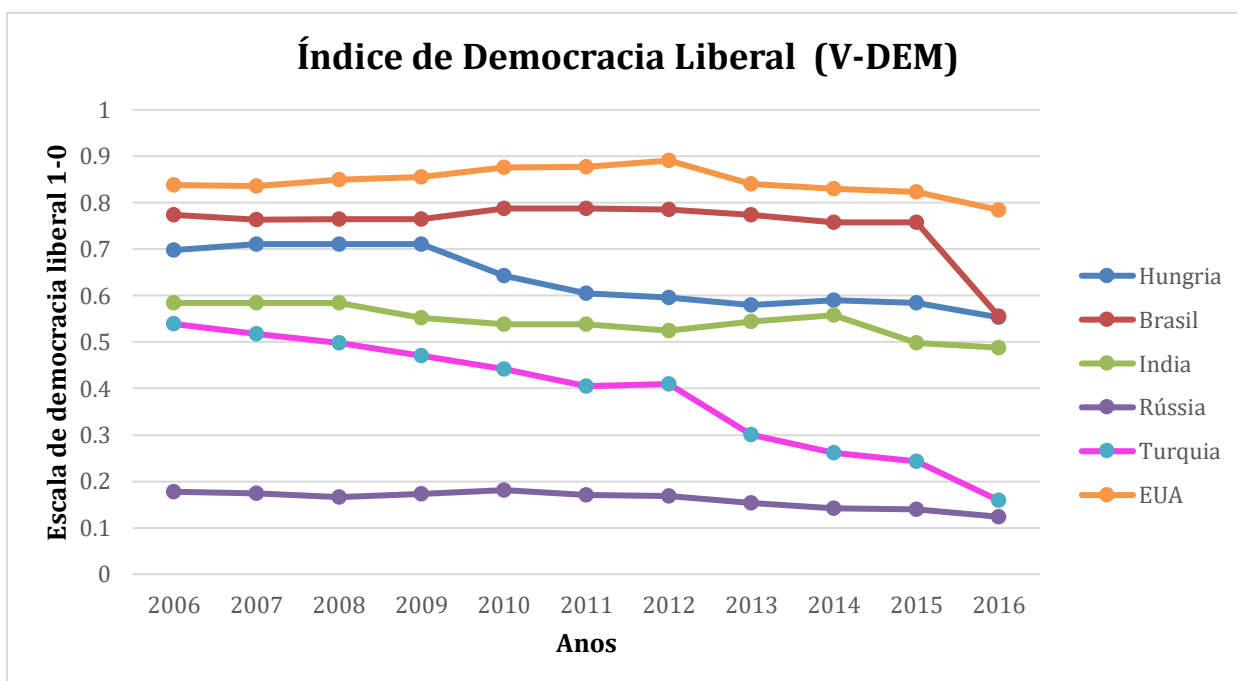
Nesse gráfico que propõe medir cultura democrática o cenário é distinto, ocorre uma queda no índice antes de Orbán assim, entretanto essa queda acentua em 2010, e cai consideravelmente no intervalo de 2014 e 2018, os períodos destacados anteriormente que se repetem: quando Orbán assume em 2010 e realiza uma nova constituição, e 2014 quando muda o sistema eleitoral e é eleito novamente. Os três gráficos apesar de terem metodologia diferentes, possuem algo em comum, todos eles mostram um declínio notável na democracia da Hungria Durante o governo de Orbán, que se acentua nos intervalos de maior interferência nos pilares da democracia, o constitucionalismo liberal de divisão dos poderes, e o sistema eleitoral que decide como os representantes são escolhidos.

Em uma breve comparação com os outros países que se encontram na zona cinzenta como descreve Diamond (2015) o desempenho democrático da Hungria segundo o gráfico de V-DEM é menor do que o dos EUA, até a data de 2016 os países em conjunto de maneira geral perdem qualidade democrática a partir de 2010.

Como pode-se perceber a Hungria e seu declínio democrático, possui um arranjo deveras complexo se por um lado existe um autoritarismo nas medidas de Orbán, por outro é um regime com notícia de pouca violência contra seus cidadãos, leis são votadas entretanto o poder judiciário é composto por juristas nomeados a dedo por Orbán, e suas decisões podem

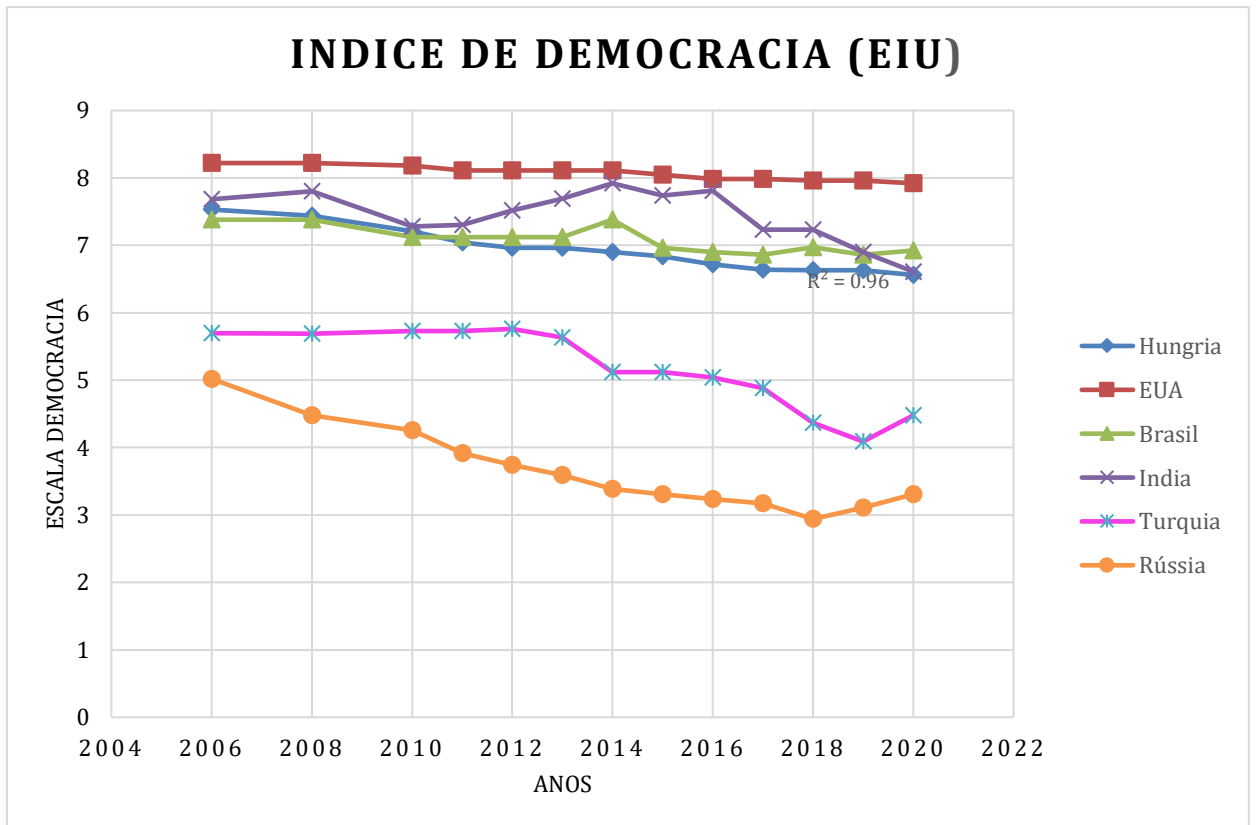
ser revogadas, mesmo que na Hungria exista eleições livres, liberdade de associação, liberdade de imprensa, que homens e mulheres possam votar e serem votados livremente, cidadania equalitária entre os húngaros. Os princípios, normas e principalmente as instituições democráticas estão comprometidas, ou impedidas de desempenhar seu papel, existem de maneira formal na lei, entretanto de maneira substantiva não atuam.

Gráfico 6: Hungria e países da “zona cinzenta” (Diamond, 2015)



FONTE: V- Dem data versão 9.0

Gráfico 7: Hungria e países da “zona cinzenta” (Diamond, 2015)



Fonte: Economist Intelligence Unit (2020). Democracy Index 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação e suas discussões visam verificar o caminho percorrido pelo governo da Hungria no intervalo de 2010 e 2020, as políticas populistas e as mudanças que ocorreram na sociedade. Mudanças que estão culminando em um declínio democrático que não dão um indicio de fim e sim um processo contínuo e expansão, de cada vez menos participação popular e mais concentração de poder nas mãos de um indivíduo, Viktor Orban.

É muito difícil analisar um período histórico enquanto vivemos nele, os últimos dois anos foram excepcionalmente conturbados para a política global, com o desafio da pandemia e os reflexos da crise de 2008, a “ressaca da globalização” sendo sentidos até hoje. O ponto que gostaria de salientar é: durante a confecção deste trabalho imaginei ser possível reverter esse declínio democrático na Hungria, que de alguma forma a esquerda da Hungria pudesse se unir e formar uma “frente ampla” e ganhar as eleições de forma institucional, e que o período populista de Orban fosse somente um episódio pontual e infeliz fruto de circunstâncias singulares, não foi o caso. A esquerda húngara de fato configurou uma frente ampla contra Orbán, e o resultado foi uma repetição das duas eleições anteriores, vitória de Viktor Orbán e maioria consolidada no parlamento.

Através da revisão bibliográfica foi possível estudar diferentes abordagens sobre o “populismo” e sua definição como conceito, o que ainda não é uma unanimidade na academia, mesmo assim sua importância é de grande valor para a constituição desse trabalho como um todo, possibilitando uma leitura e análise mais crítica da produção científica e de como um termo é conceitualizado.

O que produziu outras reflexões, relendo os teóricos de democracia, e principalmente suas vulnerabilidades, de que é um regime que “custa”, por mais contra produtivo que aparente ser, afinal a democracia implica liberdade e inclusão como valor a ser defendido, não é qualquer nação e não é qualquer tipo de economia que é capaz de “sustentar” uma democracia saudável, as vulnerabilidades econômicas e materiais de uma sociedade em meio a crise abre espaço para lideranças políticas anti sistema, de atingirem o poder as custas da esperança da população.

Custa culturalmente, é preciso tradição democrática, vigilância e uma sociedade civil ativa para manter uma democracia de qualidade, talvez a democracia da Hungria não esteve suficientemente madura para aguentar tal choque, o etno-nacionalismo pesou mais que a tradição democrática no futuro do país talvez o sentimento anti comunista aliado com uma retórica inflamada sobre corrupção sobrepujou as instituições em troca de um governo “firme”.

O que nos faz questionar, seria a democracia em sua forma eficiente, um regime de apenas países ricos? Ainda não possuímos uma resposta clara para essa pergunta, o que abre margem para mais pesquisas, e aperfeiçoamento do sistema democrático.

As instituições democráticas e o sistema democrático húngaro, como um todo, pensado como rede complexa incluindo a sociedade civil não conseguiu impedir duas coisas fundamentais que levaram a conjuntura atual. A primeira, os partidos concorrentes, e o sistema não foi capaz de filtrar e descartar um populista de tendência autocrata chegar ao poder. Segundo o sistema democrático não suportou e não respondeu um populista no poder que manobrou politicamente para dentro da lei, dentre outras coisas criminalizar pessoas que dormem na rua.

Portanto é possível reafirmar com mais confiança do que antes a importância das normas não escritas da Democracia, a tolerância, o debate não combativo, a alternância do poder por vias pacíficas, a chance de perder uma eleição e ela não ser a última, dentre outras muitas implicações. A liberdade não pode ser negociada e é na sombra da ameaça de sua redução que percebemos ainda mais a sua relevância, sem a liberdade de um pensamento livre escrever de forma crítica sobre esse governo não seria possível.

BIBLIOGRAFIA

ÁGH, Attila. The decline of democracy in East-Central Europe: Hungary as the worst-case scenario. *Problems of Post-Communism*, v. 63, n. 5-6, p. 277-287, 2016.

ALTENA, Hailey. *Wrestling the Fourth Arm of Democracy: How the Orbán Regime Undermined Media Independence in Hungary*. 2017.

AMOROSO BOTELHO, João Carlos; ARCHANGELO OKADO, Lucas Toshiaki; BONIFACIO,

Robert. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. *rev.estud.soc.*, Bogotá, n. 74, p. 41-57, Dec. 2020. Available from

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2020000400041&lng=en&nrm=iso. access

on 05 Dec. 2020. <http://dx.doi.org/10.7440/res74.2020.04>.

ARPINO, Bruno; OBYDENKOVA, Anastassia V. Democracy and political trust before and after the great recession 2008: The European Union and the United Nations. *Social Indicators Research*, p. 1-21, 2019.

CANOVAN, Margaret. Taking politics to the people: Populism as the ideology of democracy. In: *Democracies and the populist challenge*. Palgrave Macmillan, London, 2002. p. 25-44.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos, comparada à dos modernos. Tradução de Loura Silveira. **Revista de Filosofia Política**.

COOK, A. , Hill, N. , Trichka, M. , Hwang, G. and Sommers, P. (2017) Who Voted for Trump in 2016?. *Open Journal of Social Sciences*, 5, 199-210. doi: 10.4236/jss.2017.57013.

BAUM-BAICKER, Cynthia. Not Fake News: Toxic Consequences of the Trump Stress Effect. *Journal of Humanistic Psychology*, p. 0022167820911757, 2020.

BERMAN, Sheri; SNEGOVAYA, Maria. Populism and the decline of social democracy. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 3, p. 5-19, 2019.

BISCAIA, José Afonso Quintela Melo. **A inversão da marcha democrática na Hungria e na Polónia e a sua relação com a União Europeia**. 2019. Tese de Doutorado.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo*. 6ªed. **Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.**

BOZÓKI, András; HEGEDŰS, Dániel. An externally constrained hybrid regime: Hungary in the European Union. *Democratization*, v. 25, n. 7, p. 1173-1189, 2018. DOI:

10.1080/13510347.2018.1455664, acesso em 19/04/2021 disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510347.2018.1455664>

CASTELLS, Manuel. **Ruptura** . Alianza editorial, 2018.

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua Política Externa: história, instituições e processo de tomada de decisão**. Cidade gráfica, 2020.

COX, Terry & FURLONG, Andy (1994) Political transition in Hungary: An overview, *Journal of Communist Studies and Transition Politics*

CSEHI, Robert. **The Politics of Populism in Hungary**. Routledge, 2021.

DIAMOND, Larry. 2015. "Facing Up to the Democratic Recession". *Journal of Democracy* 26 (1): 141- 155. <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0009> [Links]

DOYLE, Michael W. Kant, liberal legacies, and foreign affairs. **Philosophy & public affairs**, p. 205- 235, 1983.

ENYEDI, Zsolt. Democratic backsliding and academic freedom in Hungary. **Perspectives on Politics**, v. 16, n. 4, p. 1067-1074, 2018.

ENYEDI, Zsolt. Populist polarization and party system institutionalization: the role of party politics in de-democratization. *Problems of Post-communism*, v. 63, n. 4, p. 210-220, 2016.

Freedom House. "Hungary 2017." Hungary September 19, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

HANNON, C. et al. The global implications of populism on democracy, task force 2018, the henry M. Jackson school of international studies. University of Washington, available at: https://jsis.washington.edu/wordpress/wp-content/uploads/2018/04/Task-Force_C_2018_Pekkanen_robert.pdf, 2018.

HAWKINS, Kirk; READ, Madeleine; PAUWELS, Teun. Populism and its causes. **Oxford handbook of populism**, p. 267-286, 2017.

Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late 20th Century*. Norman: University of Oklahoma Press. 1991.

KELEMEN, R. Daniel. The European Union's authoritarian equilibrium. **Journal of European Public Policy**, v. 27, n. 3, p. 481-499, 2020.

KRASTEV, Ivan; HOLMES, Stephen. Explaining Eastern Europe: imitation and its discontents. **Journal of democracy**, v. 29, n. 3, p. 117-128, 2018.

KREKÓ, Péter et al. Beyond Populism: Tribalism in Poland and Hungary. **Political Capital**, 2018.

Krekó, P., & Enyedi, Z. Explaining Eastern Europe: Orbán's Laboratory of Illiberalism. **Journal of Democracy** 29(3), 39-51. (2018). doi:10.1353/jod.2018.0043.

KOVÁCS, Kriszta; SCHEPPELE, Kim Lane. The fragility of an independent judiciary: Lessons from Hungary and Poland—And the European Union. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 51, n. 3, p. 189-200, 2018.

LARRES, Klaus. **Dictators and Autocrats: Securing Power Across Global Politics**. Taylor & Francis, 2022.

LAROUSSE, Cultural. Grande enciclopédia Larousse cultural. **São Paulo: Nova Cultural**, v. 13, 1998.

LEVITSKY, Steven e Lucan Way. "The Myth of Democratic Recession". **Journal of Democracy** 26 (1): 45-58. <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0007> .2015.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. 2019.

LIMA, António Manuel Resende. **O método de negociação por" Conversações em Mesa Redonda" na Polónia e Hungria: uma perspetiva comparada**. 2017. Tese de Doutorado.

LOWNDES, Joseph. Populism in the United States. **The Oxford handbook of populism**, p. 232-247, 2017.

MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. Polarization and the global crisis of democracy: Common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. **American Behavioral Scientist**, v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018.

MCQUARRIE, Michael. The revolt of the Rust Belt: place and politics in the age of anger. **The British Journal of Sociology**, v. 68, p. S120-S152, 2017.

MOUFFE, Chantal. Sobre o político. **São Paulo: Editora WMF Martins Fontes**, p. 121, 2015.

MUDDE, Cas. Europe's populist surge: A long time in the making. *Foreign affairs*, v. 95, n. 6, p. 25-30, 2016.

ODHIR. Hungary, parliamentary Elections, ODIHR Limited Election Observation Mission Final Report. Disponível em: <https://www.osce.org/odihr/elections/hungary/121098>, acesso em abril de 2021. 2014

ODHIR. Hungary, parliamentary Elections, ODIHR Limited Election Observation Mission Final Report. Disponível em: <https://www.osce.org/odihr/elections/hungary/385959?download=true>, acesso em abril de 2021, 2018

TAGGART, Paul. Populism in Western Europe. In: **The Oxford handbook of populism**. 2017.

PAPPAS, Takis S.; KRIESI, Hanspeter. Populism and crisis: A fuzzy relationship. *European populism in the shadow of the great recession*, p. 303-325, 2015.

PLATTNER, Marc. 2015. "Is Democracy in Decline?". *Journal of Democracy* 26 (1): 5-10.
<https://doi.org/10.1353/jod.2015.0014>

PARLAMENTO EUROPEU, A HUNGRIA E O ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA, disponível em: https://www.europarl.europa.eu/enlargement/briefings/pdf/2a1_pt.pdf

DOI : 10.1353/jod.2015.0014

ROSANVALLON, Pierre. A democracia do século XXI. **Nueva Sociedad especial**, 2018.

ROSS, ALINNE DE OLIVEIRA. BUDAPESTE EM CHAMAS: A HUNGRIA DO COMUNISMO À EXTREMA DIREITA.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **O que é democracia**. Brasiliense, 2003. SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio: Zahar. 1984.

SANDOVAL, Jonathan. *Hungary's Declining Democracy: A Study of Organizational Power in Hungarian Politics*. 2018.

SCHIEMANN, John. **The politics of pact-making: Hungary's negotiated transition to democracy in comparative perspective**. Springer, 2005.

STUBER, Adam Balázs. *Populism in Power: A case study on the role of media strategies for preserving populist power and its implications for liberal democracy in Hungary*. 2018.

TAGGART, Paul. Populism in Western Europe. In: **The Oxford handbook of populism**. 2017

VEGETTI, Federico. The political nature of ideological polarization: The case of Hungary. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 681, n. 1, p. 78-96, 2019.

WEYLAND, Kurt. A political-strategic approach. *The Oxford handbook of populism*, p. 48-73, 2017.